



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACED - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VIVIANNE ALVES DOS SANTOS

CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE O TRABALHO COM AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FORTALEZA – CE

2015

VIVIANNE ALVES DOS SANTOS

CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE O TRABALHO COM AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Infantil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Socorro Silva Almeida

FORTALEZA – CE

2015

VIVIANNE ALVES DOS SANTOS

CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE O TRABALHO COM AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Infantil da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Infantil.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Socorro Silva Almeida

Aprovada em: 15/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Socorro Silva Almeida (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Joana Adelaide Cabral Moreira

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco José Chaves da Silva

Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF)

À minha família, a qual está sempre ao meu lado nos momentos marcantes e decisivos da minha vida. Aos educadores comprometidos com a formação integral de nossas crianças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, a algumas pessoas que estiveram por perto e acompanharam a minha caminhada, principalmente, nos últimos três anos, quando me deparei com grandes decisões, dificuldades, dúvidas, saudades. Porém, um percurso rico em trocas e aprendizagens.

À minha família.

Aos meus poucos e verdadeiros amigos.

Aos professores que encontrei durante a minha vida, os quais me fizeram ser o que sou hoje, com ensinamentos que ficarão para sempre na memória.

À orientadora deste trabalho, a professora Dr.^a Maria Socorro, pelos esclarecimentos durante a construção deste trabalho, dicas e paciência.

Aos professores do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, que contribuíram de forma significativa para a reflexão da minha prática pedagógica.

Ao MEC pela oportunidade que foi oferecida aos professores da rede pública em participar de um curso rico e com profissionais competentes envolvidos.

RESUMO

Este estudo monográfico tratou sobre o trabalho pedagógico com as relações étnico-raciais na Educação Infantil para o respeito às diferentes culturas e acolhimento à diversidade étnica. Desse modo, o objetivo da pesquisa consistiu em investigar as concepções das professoras sobre o trabalho com as relações étnico-raciais na Educação Infantil. O referencial teórico recaiu sobre o sociointeracionismo, sobretudo, a perspectiva de Vigotski, o qual defende que o homem se constitui por meio da mediação cultural do seu tempo. A pesquisa de natureza qualitativa aconteceu em duas escolas no município de Maracanaú-CE. Os sujeitos foram três professoras, escolhidas conforme os seguintes critérios: ser formada em pedagogia, ser professora efetiva da rede municipal e atuar na educação infantil. O instrumento utilizado para a coleta dos dados constou de um roteiro de entrevista semiestruturado. O recurso utilizado para o registro da fala das entrevistadas constou de um gravador de voz. Analisamos as falas das professoras, destacando três aspectos: as práticas pedagógicas; a postura das professoras diante dos conflitos; e os materiais utilizados na sala de atividades. A análise dos dados revelou que os três sujeitos da pesquisa consideram importante trabalhar as relações étnico-raciais na infância, porém, ressaltam que seria mais interessante introduzir mais efetivamente, essa temática no Ensino Fundamental. Desse modo, a pesquisa evidenciou certa fragilidade na formação docente, pois, as posturas reveladas pelas entrevistadas são de negação da presença de conflitos e punição de crianças pequenas, face a indícios de preconceito que emergem no ambiente da educação infantil. Em relação às práticas pedagógicas na Educação Infantil, concernentes à cultura afro-brasileira, percebeu-se que a prática pedagógica dos sujeitos da pesquisa revela o despreparo destes, e a pouca compreensão da importância em envolver as crianças e aproximá-las de um tema tão abrangente e relevante, que visa não apenas conhecer as diferenças em si, as características físicas de diferentes povos, mas, sobretudo, conhecer, compreender, valorizar e repetir as contribuições desses povos em diversas áreas: social, cultural, política – enraizadas desde a construção da história do nosso país. No que se refere aos materiais pedagógicos, estes se mostram limitados, não favorecendo o trabalho para a compreensão e respeito às diversidades étnico-raciais presentes no cotidiano das instituições investigadas. Mediante as respostas das professoras, faz-se necessário repensar os currículos dos cursos de formação inicial e continuada, reconstruí-los dando visibilidade às temáticas de inclusão, respeito à diversidade étnico-raciais na Educação Infantil, em vista dos novos desafios educacionais que se impõe na atualidade.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This monographic study treated on the pedagogical work with the ethnic-racial relations in kindergarten for respect for different cultures and ethnic diversity reception. Thus, the objective of the research was to investigate the conceptions of the teachers on working with ethnic-racial relations in kindergarten. The theoretical fell on the sociointeracionism especially the perspective of Vygotsky, which argues that man is through cultural mediation of his time. The qualitative research took place in two schools in Maracanaú-EC. The subjects were three teachers, chosen according to the following criteria: be trained in pedagogy, teacher be effective the municipal and act in early childhood education. The instrument used for data collection consisted of a semi-structured interview guide. The resource used to record the speech of the interviewees consisted of a voice recorder. We analyze the testimonies of the teachers, highlighting three aspects: the pedagogical practices; the attitude of the teachers before the conflict; and the materials used in the activity area. Data analysis showed that the three research subjects considered important to work the ethnic-racial relations in childhood, however, point out that it would be interesting to introduce more effectively, this theme in elementary school. Thus, the research showed some weakness in teacher training, because, attitudes revealed by respondents are denial of the presence of conflicts and punishment of young children face the prejudice of evidence to emerge in early childhood education environment. In relation to teaching practices in early childhood education, concerning the Afro-Brazilian culture, it was noticed that the pedagogical practice of research subjects reveals the unpreparedness of these, and little understanding of the importance of involving children and bring them to such a broad topic and relevant, which aims not only to know the differences itself, the physical characteristics of different people, but, above all, know, understand and value the contributions of these people in several areas: social, cultural, rooted policy since the construction of the history of our country . With regard to teaching materials, these appear limited, not favoring work for understanding and respect for ethnic and racial diversity in the daily routine of the investigated institutions. By the responses of teachers, seems to rethink the curricula of initial and continuing education courses, rebuild them giving visibility to the themes of inclusion, respect for ethnic and racial diversity in kindergarten, it is necessary, in view of the new educational challenges that is imposed today.

Keywords: Ethnic-racial relations. Early childhood education. Pedagogical practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CAPÍTULO 1 - CULTURA, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	17
2.1	Mediação Cultural e Constituição do Indivíduo	17
2.2	A Luta pelas Conquistas e as Bases Legais	21
2.2.1	<i>Do Movimento Negro à Lei nº 10.639/03</i>	21
2.2.2	<i>A educação infantil e as relações étnico-raciais</i>	26
2.3	O Papel da Literatura Infantil na Apropriação Cultural.....	29
3	CAPÍTULO 2 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	32
3.1	Caminhos da Pesquisa.....	32
3.2	Lócus da Pesquisa	35
3.3	Participantes	35
4	CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	37
4.1	Práticas Pedagógicas das Professoras Pesquisadas	37
4.2	Postura das Professoras Pesquisadas diante dos Conflitos	42
4.3	Materiais Pedagógicos	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS	57
	ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	62
	ANEXO B -DECLARAÇÃO DE REVISOR	64
	APÊNDICE A - LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003	65

1 INTRODUÇÃO

Se a educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

(Paulo Freire)

A educação de crianças de zero a cinco anos, foi reconhecida como direito social em 1988 com a Constituição Brasileira (1998). Com essa conquista, a educação de crianças pequenas vem sendo alvo de intensos debates a respeito das concepções que envolve a infância. Surgem nesse contexto propostas pedagógicas que norteiam o desenvolvimento integral e a aprendizagem de todas as crianças.

Uma dessas propostas está relacionada à educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil. As pesquisas sobre essa temática vêm ganhando visibilidade no âmbito educacional desde a aprovação da lei 10.639/2003, que altera a LDB, tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as instituições de ensino no ensino fundamental e médio. O Ministério da Educação (MEC), em parceria com outras instituições vem criando documentos e propostas pedagógicas que visam subsidiar a educação das relações étnico-raciais, contribuindo para a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independente de classe social, etnia ou crença.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) trazem como propostas para o trabalho coletivo o “reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21).

Diante dos diálogos constantes sobre a questão racial na infância que envolve a ideia de igualdade de oportunidades entre os indivíduos, surgem nessa mesma realidade manifestações e atitudes discriminatórias. Algumas pesquisas evidenciam que práticas discriminatórias e preconceituosas vêm ocorrendo no espaço da educação infantil. Mediante a essa constatação a educação escolar nesse contexto tem uma função de suma importância, ou seja, além de transmitir conhecimentos técnicos e científicos, ela deve procurar despertar nos educandos a construção de saberes, envolvendo valores como a liberdade, desenvolvimento do espírito crítico, tolerância e respeito com a diversidade cultural.

A abordagem da diversidade cultural na escola se realiza, portanto, a partir do encontro de nossos valores simbólicos, sociais, econômicos, culturais e do outro, (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), o diferente. Por fazer parte de uma construção sócio-histórica imersa na cultura, tratando especificamente da diversidade étnico-racial, torna-se cada vez mais necessária a revisão de determinados padrões éticos, estéticos e formativos (SILVA, 2011, p. 14).

A escola é um espaço heterogêneo. É local que reúne diversidade cultural, econômica e social, portanto cabe considerá-la como lócus privilegiado para reflexões sobre inúmeras questões presentes na sociedade. Uma delas é a diversidade étnico-racial. Não raro presenciamos atitudes e expressões discriminatórias no meio social, na mídia e também nas escolas. Infelizmente há algumas décadas atrás a diversidade racial do nosso país esteve à margem do contexto educacional, onde deveria ser espaço para as práticas que fomentem o respeito à diversidade étnico-racial.

De acordo com Vigotski (1998), o homem se faz em interação com o seu grupo social. Em outras palavras, o indivíduo é constituído pelas experiências cotidianas. Desse modo, a criança enquanto ser cultural chega à escola com saberes e experiências próprias. Conforme esse mesmo autor, a escola deve trabalhar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança mediante essas experiências. O trabalho docente consiste, então, em conhecer a criança, acolher suas experiências, linguagem, modos de ser e de pensar. Para assim, desse modo, planejar uma prática pedagógica que atenda às suas necessidades de aprendizagem e inserção na cultura formal.

A criança precisa se envolver com experiências de outros grupos sociais, vivências que favoreça o conhecimento das diferenças e fomentem o respeito à diversidade, seja ela de qualquer natureza. Segundo Souza (2010, p. 77), “no cotidiano das instituições de Educação Infantil, frequentemente o professor se depara com uma série de evidências sobre as questões raciais e o preconceito” entre as crianças e o professor não sabe lidar e nem mediar alguns conflitos que podem surgir. Mesmo na hipótese do professor não ter a clareza sobre certas evidências, existe a possibilidade de utilizar práticas ligadas ao senso comum, que podem fomentar o racismo.

Um dos grandes desafios da escola nesse contexto consiste em conhecer a legislação – resultado de lutas e vários movimentos da comunidade negra e da sociedade civil - e as orientações pedagógicas, materiais diversos que podem favorecer a orientação do trabalho educativo com essa temática.

Sabemos que o preconceito se manifesta de modo sutil, emerge de forma embrionária, revelando a necessidade da problematização do papel da escola, bem como da

formação dos professores e suas práticas, com vistas à construção de uma educação inclusiva, que acolhe e valoriza a convivência com a diversidade.

Esse trabalho sobre as concepções das professoras de Educação Infantil acerca do trabalho pedagógico para o respeito à diversidade étnico-racial se mostra complexa, uma vez que o enfrentamento dessa questão é relativamente recente e inovador e vem sendo bastante discutido nas últimas décadas no âmbito educacional, com o intuito de romper com as relações de dominação étnico-racial e promover o respeito à pessoa e às tradições da cultura africana e afro-brasileira.

As bases legais hoje conhecidas ou a existência de normas constitucionais que dão visibilidade à questão da valorização da diversidade étnica e dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira são resultados de lutas, principalmente do Movimento Negro Brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco de suma importância no processo democrático para a população afro-brasileira, a discriminação racial tornou-se crime inafiançável. Com relação à cultura, a Constituição ressalva a valorização das manifestações culturais dos afro-brasileiros e indígenas. No que se refere ao direito à educação, garante a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Outros dispositivos legais evidenciam a questão do respeito à criança e a construção da sua identidade, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que regulamenta os direitos articulando aspectos relacionados à saúde, educação e moradia. Dessa forma, a seguir destacam-se três artigos que estão interligados ao tema dessa pesquisa.

Art. 15 - A criança e o adolescente têm o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: III – Crença e culto religioso;

V - Participar da vida familiar e comunitária sem discriminação.

Art. 17 – O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 – é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 1990)

A Lei de Diretrizes e Bases (1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009),

são outros suportes que tratam da educação da criança pequena e que norteiam a prática do professor.

A partir de 2003, após a alteração da Lei nº 9.394/1996 pela sanção da Lei nº 10.639/2003 e sua posterior regulamentação por meio do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica. Mesmo que a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, não esteja contemplada inicialmente no texto da Lei nº 10.639/2003, basta ler o Parecer, a Resolução e o Plano Nacional dela decorrentes para se verificar como essa etapa da educação básica foi paulatinamente incorporada, a ponto de a relação entre educação infantil e superação do racismo figurar, hoje, entre as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2014, p. 11).

Em 2003, a lei nº 10.639 foi sancionada. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana. A alteração da LDB passou a contar com os dois seguintes artigos:

Art. 26 –A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Parágrafo 1º. – O conteúdo programático a que se esse artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

Parágrafo 2º. Os conteúdos referentes a história e a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

O Art. 7, inciso V das DCNEIs, coloca que as propostas pedagógicas dessa etapa educacional devem estar comprometidas com o rompimento de relações de dominação étnico-racial. Ainda no artigo 8º, parágrafo 1º, diz que

[...] as propostas pedagógicas das instituições de Educação infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempo que assegurem:

VII – a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX – o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (DCNEIs, CNE, 2009).

Politicamente, percebe-se que é de fundamental importância que as crianças afro-descendentes sejam incluídas e tratadas no projeto educacional brasileiro com igualdade de direitos. Pedagogicamente, é imprescindível que as educadoras da infância reflitam e encontrem alternativas para atender bem as crianças sem distinção. É imprescindível que haja igualdade de afeto e de aceitação das particularidades, valorizando assim as diferentes formas de expressão dos pequenos.

A motivação para a escolha do tema decorre da importância dessa temática nas práticas pedagógicas na Educação Infantil, pois existe no senso comum a ideia de que não ocorrem discriminação e preconceito na infância, que não há conflitos entre elas e de que os professores tratam todas as crianças da mesma maneira.

Outro estímulo para o desenvolvimento da pesquisa partiu do cotidiano das crianças e da troca de experiências com outros professores. Constatamos no cotidiano de nossa prática como professora de Educação Infantil, o surgimento de conflitos entre as crianças e em outros momentos, nas falas dos pequenos, apareceu mesmo que de forma sutil, expressões que remetem a preconceitos e discriminação.

Vale esclarecer um ponto singular dessa pesquisa. Optamos em mencionar no título e durante o decorrer do trabalho a expressão “as professoras”, pelo fato de que a área da pedagogia ainda prevalece a presença de mulheres, ainda mais na fase da Educação Infantil.

Cabe ressaltar que o memorial escrito no Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil mostra os caminhos percorridos na minha vida pessoal e profissional. Nesse trabalho, são mencionadas algumas situações que ocorreram em sala de aula, as quais, muitas vezes, me fazia perguntar: o que fazer? Como agir? E um dos momentos em que as respostas não vinham foi uma situação em que algumas crianças evitavam umas às outras, aparentemente, pelo fato de ter cabelo e cor de pele diferente. Essa experiência aconteceu no período de estágio do curso de graduação.

Durante o curso de graduação, nas trocas de experiências com os outros colegas, o assunto que, geralmente, predominava era a indisciplina das crianças, a dificuldade que sentíamos com o grande número de alunos e em como lidar com as crianças com deficiência. Não nos ocorre lembrar de algum momento em que houve uma discussão ou debate de caráter formativo para a questão das relações raciais na educação. Lembramos muito bem que vimos de maneira rápida os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) do Ensino Fundamental – 1º ao 4º Ano. A turma foi dividida em pequenos grupos, de modo que cada um ficaria com um volume para destacar os pontos principais. Um dos volumes que despertou meu interesse, inclusive para o trabalho de conclusão de curso foi *Pluralidade Cultural*, mas no decorrer do

curso foquei em outro tema, talvez pelo fato da maneira superficial com que foi tratado esse volume. Infelizmente, na matriz curricular do curso não havia uma disciplina específica que tratasse da educação para a diversidade étnico-racial.

Outro momento marcante como aluna da Universidade Federal do Piauí foi cursar a disciplina de Educação Infantil. Na época, não havia professores para ministrar a disciplina, desse modo, entre o penúltimo e último semestre, nas férias, no início de 2010, vimos a disciplina em um prazo de 20 a 25 dias (de modo intensivo, de sexta a sábado), sendo que o normal seria seis meses. Essa experiência ocasionou uma lacuna em minha formação em relação à Educação Infantil. Contudo, evitava as oportunidades que apareciam para trabalhar com essa etapa, devido à insegurança. Essa pesquisadora não recorda de momentos significativos nesse período. Os textos eram estudados sem muito aprofundamento, algumas leis eram discutidas em sala, porém havia a ausência de reflexão e críticas durante os encontros na universidade. Houve prioridade para as teorias de desenvolvimento da criança e a importância das brincadeiras para a aprendizagem, mas outros temas como a formação do professor para essa etapa, como a educação para as relações raciais, ficaram muito a desejar.

Durante o estágio e após conclusão de curso, preferi trabalhar com o Ensino Fundamental 2º ao 5º ano. No ano de 2012, quando surgiu a oportunidade de trabalhar no município de Maracanaú, continuei com o interesse voltado para essa etapa, porém, devido à falta de vagas, ofereceram uma vaga para educação infantil. Nessa ocasião, como pedagoga, não podíamos mais adiar o enfrentamento dessa experiência de aprender o cotidiano da Educação Infantil. Os desafios advindos da relação teórico-prática foram surgindo. Procurava sempre estar em contato com outras professoras com mais experiências para encontrar apoio e orientações de como lidar com as crianças menores. Havia professoras diferentes na escola, algumas tradicionais e outras que valorizava as peculiaridades das crianças, davam a elas oportunidades de explorar e espaço para que se expressassem. Mediante propostas, exemplos e atitudes diversas precisamos refletir e encontrar nosso jeito de caminhar com as crianças no dia a dia.

No ano de 2013, a Universidade Federal do Ceará estava com vagas abertas para o curso de Especialização em Docência na Educação Infantil. De imediato pensamos que aquela seria a oportunidade para nos aprofundarmos nos conhecimentos sobre essa etapa da educação básica, lacuna existente em minha formação inicial.

Com a aprovação para o curso, estava iniciando mais uma etapa que mudaria a visão que tinha sobre a Educação Infantil. No decorrer das disciplinas, na troca de experiências das colegas do curso e das professoras com experiência riquíssima, abri minha

mente para muita coisa ligada ao mundo infantil. Confrontar a teoria que estava vendo no curso e a prática que eu estava iniciando, e ver as outras professoras fazer foi o fator transformador. Percebemos que as crianças precisavam de experiências ricas e significativas, e não somente permanecerem sentadas, estáticas e se acostumarem a escrever nas linhas do caderno, pintarem dentro do desenho feito, sem fugir as limitações.

Ocorreu que, em uma das disciplinas um vídeo muito interessante sobre as práticas promotoras de igualdade, despertou em profundo interesse que havia se perdido durante a graduação. Durante e após as disciplinas vistas no curso de especialização, a prática pedagógica na sala de atividades se melhorou gradativamente e surgiu a decisão de fazer o trabalho de conclusão de curso sobre as relações étnico-raciais na educação infantil, pelas razões já apresentadas anteriormente. A presente pesquisa possui relevância social e contribui significativamente para o âmbito educacional, uma vez que carece estudos sobre o tema, principalmente na Educação Infantil. A cultura africana faz parte da nossa identidade e o professor situado nesse contexto deve proporcionar aos pequenos o contato com a literatura e outros elementos, que se tornam uma possibilidade de incentivar o respeito à diversidade cultural do nosso país e do combate ao racismo. Segundo, Trinidad (2012, p. 129):

Todas as crianças têm o direito de conhecer a história de seus antepassados, os locais de onde vieram e como eles contribuíram e contribuem para a construção de seu país. As culturas regionais e as diferentes formas de se viver são importantes para que as crianças se reconheçam como parte de um país diverso em culturas.

O papel da escola nesse sentido consiste em possibilitar o desenvolvimento integral e humanístico das crianças por meio da construção de valores, ela é um espaço de socialização, no qual as culturas coexistem. Professores expõem às crianças seus conhecimentos culturais e os pequenos, por sua vez, expõem sua visão de mundo e vivências. Esse leque de conhecimentos e trocas pode influenciar uns aos outros ou não.

Entre diversas experiências que podem ser desenvolvidas em sala de aula, para aproximar as crianças da cultura afro-brasileira e entender o quanto é rico nosso povo, o quanto os africanos contribuíram para a formação do país, podemos construir um trabalho pedagógico que envolva as diversas manifestações culturais desses povos presentes em nosso país, como a culinária, a dança, expressão artística, a música, e a literatura. Existem diversos projetos no país que tem o objetivo de valorizar a cultura africana. O *Projeto espaço Griô* e o *Projeto Capoeira* são exemplos de trabalhos pedagógicos que dão espaço a expressão africana e afro-brasileira. “Ambos os projetos trabalham com dimensões do desenvolvimento humano

muito presentes na educação infantil: a oralidade, a corporeidade, a musicalidade, o ritmo e a sociabilidade” (BRASIL, 2014, p. 20).

Pesquisas como a de Cavalleiro (1998); Oliveira (2004) e Dias (1997; 2007) mostram que ocorrem diversas situações de discriminação, mesmo que de forma sutil, portanto a escola para as crianças pequenas tem o papel fundamental de possibilitar o desenvolvimento humano e social. Cabe a mesma, considerar as particularidades de cada criança, sua história e cultura a fim de propiciá-las uma educação pautada no respeito de si e do outro e valorizar as diferenças que as cercam.

Autores como Trinidad (2011); Rosemberg (1996); Brandão (2010); Trindade (2010) e Bento (2012) fazem reflexões sobre as relações raciais na educação. Várias publicações do Ministério da Educação também fazem considerações relevantes sobre a importância de se trabalhar essa temática na Educação Infantil. Por fim, cabe diante desses trabalhos, a reflexão das práticas desenvolvidas pelos educadores.

Diante dessa revisão de literatura e da problemática anunciada, propusemos a seguinte questão de pesquisa: Quais as concepções dos professores de Educação Infantil acerca do trabalho pedagógico para o respeito à diversidade étnico-racial?

Com o intuito de responder a essa questão e ampliar as discussões sobre o tema propusemos uma pesquisa cujos objetivos foram os seguintes:

-Objetivo geral:

Investigar as concepções das professoras de Educação Infantil acerca do trabalho pedagógico para o respeito à diversidade étnico-racial.

- Objetivos específicos:

a) Identificar práticas pedagógicas na Educação Infantil, concernentes à cultura afro-brasileira;

b) Desnudar a postura das professoras em face aos conflitos ou expressões que fomentam o preconceito na Educação Infantil;

c) Identificar materiais pedagógicos (livros, fantoches, brinquedos) que favoreçam um trabalho com as relações étnico-raciais na Instituição de Educação Infantil.

Este trabalho está organizado em cinco partes, a saber: A Introdução que ora finalizamos; do capítulo 1 - Cultura, aprendizagem e desenvolvimento da criança, que consta da apresentação da concepção de Vigotski sobre a constituição do indivíduo e sobre a mediação cultural nesse processo; sobre o processo histórico das conquistas legais pelo movimento negro; sobre as relações étnico-raciais na infância e ainda sobre o papel da Literatura Infantil na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. O capítulo 2 compõe-se

dos Caminhos metodológicos da pesquisa, no qual são descritos os fundamentos metodológicos utilizados na produção e análise dos dados; seguido do capítulo 3, composto da Apresentação, análise e discussão dos dados; em seguida encontram-se as Considerações Finais. As Referências, os Anexos e os Apêndices encerram o trabalho.

2 CAPÍTULO 1 - CULTURA, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Se a cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si. Para analisar um sistema cultural, é então necessário analisar a situação sócio-histórica que o produz como ele é.

(Georges Balandier)

Nesse capítulo, abordamos sobre a relevância das interações das crianças com o meio social e como esse contato com o mundo contribui significativamente para a sua formação social. Optamos pela teoria de Vigotski, a qual trouxe uma relevante contribuição para a educação. Ao longo deste capítulo estabelecemos um elo entre a teoria do estudioso com os documentos que orientam as práticas na Educação Infantil, os Referenciais Curriculares e as Diretrizes para a Educação Infantil.

Apresentamos também um breve histórico sobre o movimento negro no Brasil com o intuito de situarmos nosso objeto de estudo. Bem como a importância da Literatura Infantil no processo de aprendizagem dos valores simbólicos e internalização da cultura.

2.1 Mediação Cultural e Constituição do Indivíduo

A partir do momento que nasce a criança está inserida num contexto social, onde já se mostra interessada, instigada em interagir e compreender o mundo em que vive. De início, a criança interage com o ambiente familiar, onde recebe os primeiros estímulos para, gradativamente, entrar em contato com outros meios e iniciar um contato social mais amplo e diversificado.

Quando inicia a frequência à Instituição de Educação Infantil, a criança entra em contato com um universo maior, com adultos, com outras crianças, ou seja, com outros sujeitos sociais, que pertencem a uma etnia, gêneros e culturas diferentes. O encontro diário e contínuo proporciona às crianças aprendizado, trocas de experiências e apreensão de valores presentes na sociedade.

A socialização das crianças, sendo embora um conceito recente, remete para uma realidade que é tão antiga como as sociedades humanas. Consiste no processo através do qual os indivíduos apreendem, elaboram e assumem normas e valores da sociedade em que vivem mediante a interação com o seu meio mais próximo e, em especial, a

sua família de origem, e se tornam, desse modo, membros da referida sociedade (PINTO, 1997, p. 47).

Cavalleiro (2014) afirma que “falar em socialização do zero aos sete anos é falar de uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. Tal afirmação supõe considerar a educação recebida pela criança como significativa para o desenvolvimento futuro do sujeito social” (CAVALLEIRO, 2014, p. 15). Para a autora, é nessa etapa que ocorre a “socialização primária”, que também está fortemente ligada ao ambiente familiar. Segundo Caparrós (1981, p. 52 *apud* CAVALLEIRO, 2014, p. 16), “da família sai o possuidor, o comunista, a mulher passiva, o dominado e o dominador. [...] as futuras relações homem/mulher, tanto em autovalorização e valorização do outro já estão ideologicamente plantadas em semelhança às dos adultos. ”

Cavalleiro (2014) segue afirmando que com a socialização e as experiências vividas a criança compreende o mundo, internalizando as normas construídas socialmente. A mesma ressalva que “nesse início de vida a família e escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social” (p. 16).

Nesse sentido, a instituição de Educação Infantil torna-se um espaço bastante relevante de convivência entre crianças e adultos e principalmente decisivo para a formação social do indivíduo, na medida em que proporciona experiências diferenciadas para a criança e também para a família.

Essa formação social da criança está intrinsecamente ligada aos princípios fundamentais que constam nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p. 16).

Os documentos legais que norteiam as práticas de Educação Infantil enfatizam a importância da socialização para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, ou seja, revelam como as interações entre pares e adultos ampliam a possibilidade de construção de conhecimento e a compreensão de si e do mundo.

Há um elo entre o que dizem esses documentos e as ideias de Vigotski, o qual contribuiu muito para a área da Educação. Sua teoria recai no papel do ambiente para o

desenvolvimento da criança, ou seja, a constituição do ser humano depende do relacionamento com o outro.

Rego (1995) coloca que, Vigotski com seu pensamento sociointeracionista, admite que a interação do homem no contexto social é definidora da constituição humana. Por meio das relações, a criança chega a interiorizar as formas de comportamento, signos e sistemas simbólicos culturalmente construídos pelo meio social.

Oliveira corrobora com Vigotski e afirma que

A interação face a face entre indivíduos particulares desempenha um papel fundamental na construção do ser humano: é através da relação interpessoal concreta com outros homens que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas de funcionamento psicológico (OLIVEIRA, 2008, p. 38).

A partir do pensamento da autora, compreendemos a relevância da mediação para a internalização da cultura. A mediação dos adultos e crianças e de crianças entre si, crianças mais experientes com crianças menos experientes favorecem a interiorização da cultura estabelecida. Em outras palavras, na perspectiva da teoria vigotskiana, a criança reconstrói de maneira particular, as experiências vivenciadas e aprende a organizar, paulatinamente, os próprios esquemas mentais (REGO, 1995).

Essa maneira particular de reconstruir experiências é explicado por Cavalleiro (2014, p. 16), ao afirmar que “as idiosincrasias estarão determinando as diferenças pessoais, pois esse processo não é simplesmente ensinado”. A criança, sendo sujeito ativo, pode optar em obter novas informações em outros espaços, que não seja o escolar. Sob essa perspectiva, Cavalleiro complementa afirmando que “as atitudes e os comportamentos sociais não serão obrigatoriamente cópias fiéis das atitudes e dos comportamentos dos seus mediadores.”(CAVALLEIRO, p.16). Portanto, não podemos desconsiderar a importância da mediação. As crianças podem, mesmo que de forma inconsciente reproduzir o comportamento e atitudes do adulto.

Diante dessa última constatação, cabe ressaltar que no contexto da Educação Infantil a qualidade das interações revela o nível do desenvolvimento da criança, ou revela o que a mesma aprende através do meio em que está inserida. Por ser um espaço que favorece as interações e que influencia os modos de agir e pensar da criança, o educador deve refletir sobre sua prática pedagógica. Ao estar ciente que as relações e trocas que ocorrem dentro da instituição são reflexos da sociedade, o professor deve redimensionar o seu olhar no

momento em que faz parte de um contexto onde crianças de diferentes raças e culturas convivem de forma tão próxima.

Com relação a atitudes discriminatórias, mesmo que ocorram de maneira sutil, que podem acontecer no contexto educacional de crianças pequenas, Alves (2012) afirma que “não nascemos racistas, mas nos tornamos devido ao processo de socialização que traz em si experiências racistas e representações dos grupos raciais enraizados em processos de negação e inferiorização.” (p. 17).

Essa afirmação de Alves parece coincidir com diversas práticas, atitudes, falas e posturas discriminatórias, que infelizmente, são cultivadas no cotidiano das instituições educativas. Nesse sentido, é necessário proporcionar às crianças a oportunidade de ampliarem sua concepção de mundo e seus saberes, a fim de conhecer e compreender a realidade em que fazem parte. O trabalho realizado de forma intencional e planejado nas instituições, possibilita alimentar nos pequenos a conscientização, o respeito e o entendimento do quanto é rico e interessante uma cultura diversificada. Mediante isso, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, coloca o seguinte:

A pluralidade cultural, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores etc. que caracterizam a população brasileira marca, também, as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. Cada família e suas crianças são portadoras de um vasto repertório que se constitui em material rico e farto para o exercício do diálogo, aprendizagem com a diferença, a não discriminação e as atitudes não preconceituosas. Estas capacidades são necessárias para o desenvolvimento de uma postura ética nas relações humanas (BRASIL, 1998, v. 1. p. 77).

Inseridos em um contexto plural, o contato com a diversidade deve proporcionar novas aprendizagens, que leva a uma questão ética primordial, a de não impor crenças e valores, respeitando as diferentes identidades e manifestações culturais existentes.

Além do contexto familiar sabendo que é na Educação Infantil que a criança também constitui bases para a sua identidade, a intervenção pedagógica exerce papel primordial nas interações entre as crianças. Portanto, o educador nesse contexto possui papel crucial, para o desenvolvimento de atitudes de respeito e valorativas.

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos

com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas (BRASIL, 1998, p. 42).

Supõe-se pelas pesquisas já realizadas sobre essa temática, que reconhecer as diferenças do outro e suas particularidades, às vezes, se torna um ato difícil compreensão por parte dos educadores.

2.2 A Luta pelas Conquistas e as Bases Legais

Neste subtópico, faremos uma breve retrospectiva sobre o Movimento Negro, seu empenho na luta em valorizar a cultura afro-brasileira e sua contribuição para as conquistas no contexto da educação. A partir desse movimento foi aprovada a lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, do ensino fundamental ao médio.

A lei não se refere diretamente a Educação Infantil, porém como essa etapa faz parte do ensino básico e é decisiva para a formação do indivíduo, perceberemos que outros instrumentos legais ressaltam a importância de se trabalhar a cultura afro-brasileira e africana na Educação Infantil a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, que respeite e valorize as diferenças.

Outros documentos e publicações ligados a Educação Infantil fazem referência a importância do respeito e da valorização de outras cultura, o que faz fortalecer a implementação da lei de 2003.

Faremos também nesse espaço, um recorte sobre a primeira etapa da educação básica, colocando aspectos da trajetória da educação infantil e a importância de práticas pedagógicas que envolvam a educação das relações étnico-raciais.

2.2.1 *Do Movimento Negro à Lei nº 10.639/03*

As mudanças e as amplas discussões no contexto educacional, que envolve as relações étnico-raciais, a valorização da cultura afro-brasileira e o reconhecimento de que os negros contribuíram de forma significativa para constituição da nossa história, tem raízes profundas e as ações em busca de respeito, reconhecimento e participação efetiva na sociedade perpassam décadas.

Após a implantação da República em 1889, o cenário do país se mostrou liberal e excludente, ou seja, a participação dos negros era mínima, portanto a população negra começou a se mobilizar e começaram a surgir às primeiras expressões de organização dos negros, após a abolição da escravidão em 1888.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Preto (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918) [...]. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época (DOMINGUES, 2007, p. 103 *apud* SILVEIRA; TELES, 2014, p. 278).

É possível constatar que a ação dos negros na época da primeira República começou a se fortalecer em diferentes lugares no país, com o objetivo de minimizar questões ligadas ao racismo. Almejavam por visibilidade e queriam reverter a situação excludente, no aspecto econômico, social e político.

Nesse contexto, cabe enfatizar que a “imprensa negra” foi bastante utilizada, como meio para difundir os anseios do Movimento, a favor de uma sociedade mais justa e igualitária. A imprensa negra se tornava meio de denuncia, de afirmação da cultura, das condições reais do negro na época e constituiu como “fator importante na educação e desenvolvimento do povo negro” (CUNHA, 2000 *apud* GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 140).

Em contraponto a esses objetivos expressos anteriormente, havia uma desinência dessa mesma imprensa que tinha uma essência crítica, combativa, que expressava ideias sobre o futuro da raça negra, “atribuindo às vezes, aos próprios negros a responsabilidade pela precária situação educacional da comunidade negra.” (GONÇAVES; SILVA, 2000, p. 141).

Tendo em vista o que é colocado pelos autores, é necessário compreender que existia um objetivo maior implícito, que era fomentar a ideia de que a educação seria o único meio para enfrentar e superar as dificuldades vividas.

Havia, da parte da imprensa, um movimento de incentivo à educação. Mas tinha-se a consciência de que, com a educação fornecida pelos estabelecimentos de ensino, os estudantes negros não deveriam afastar-se da educação de tradição africana, tampouco deixar-se aprisionar por ideologias que pretensamente os levassem à aceitação pelas classes poderosas da sociedade e, assim, afastar-se de seu grupo racial. Aos pais chamava-se-lhe a atenção em termos como os do militante Alcides Costa: “o que lhes importa fazer imediatamente, é incutir em seus filhos o respeito aos antepassados, a convicção de que são livres no corpo e no espírito, o desejo em

fazer algo em prol da cor” (O Clarim d’Alvorada, 1930, p. 4) (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 143).

Alguns jornais que circulavam na época foram: O Clarim d’Alvorada (1929-1940), O Kosmos (1924-1925), Tribuna Negra (1935), A Voz da Raça (1933-1937) entre outros que foram instrumentos de expressividade da luta dos negros diante a sociedade vigente na época.

Na primeira metade do século XX, em 1931, surgiu a Frente Negra Brasileira (FNB), foi uma das maiores expressões do movimento, teve grande repercussão em todo o país e milhares de adeptos. Chegou a se tornar partido político em 1936, porém com a instauração do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas coloca na ilegalidade todos os partidos políticos. Com essa postura de Getúlio, a Frente Negra perde força.

Foi no período que a Frente Negra Brasileira ganhava força, que se destaca uma das experiências relevantes relacionada à educação. Criaram-se escolas de alfabetização e outros cursos, destinados aos negros, porém recebia pessoas de outras etnias.

Expressam claramente esse período, (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 144), quando colocam que:

Na Frente Negra Brasileira, a educação dos afrodescendentes de ambos os sexos não se reduzia exclusivamente à escolarização, embora este tenha sido o *leitmotiv* da reforma educacional proposta pelos líderes frente negrinos. Pesa de forma exemplar a ideia de que, para efetuar uma mudança significativa no comportamento das negras e dos negros brasileiros, seria necessário promover junto à escolarização, um curso de formação política.

Após o Estado Novo, pouca coisa iria mudar e com a ditadura militar se tornou praticamente inexpressivas as ações do movimento negro. A repressão de todos os movimentos políticos e sociais se intensificava.

Nos anos seguintes, surgem outras formas de organização do movimento negro, com destaque para a importância do Teatro Experimental Negro, que foi organizado por Abdias Nascimento. As atividades que ocorriam no Teatro, além das encenações e peças teatrais, envolvia um trabalho voltado para a educação, especialmente para adultos.

Segundo Gomes (2012, p. 737):

O Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. O TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova

atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional.

O Teatro Experimental Negro publicou o jornal “O Quilombo” (1948-150), o qual fazia inúmeras reivindicações, dentre tantas estão as seguintes: ensino gratuito para as crianças brasileiras, a admissão de estudantes negros no ensino secundário e universitário e o esclarecimento de uma imagem positiva do negro no decorrer da história do país (NASCIMENTO, 2004 *apud* GOMES, 2012, p. 737).

No período da ditadura militar, o Movimento Negro é proibido de se manifestar. Não eram permitidas as ações e os debates em torno do racismo decorrentes desse movimento.

Até no espaço acadêmico, nesse período opressor, não havia liberdade para discutir e aprofundar as pesquisas sobre a questão racial no país.

Conforme afirma Hasenbalg (1995) *apud* de Paula (2009, p. 111):

O período que vai aproximadamente de 1965 até o final da década de 1970 não foi dos mais estimulados para pesquisar e escrever sobre as relações raciais no Brasil: o tema racial passou a ser definido como questão de ‘segurança nacional’. Em 1969, as aposentadorias compulsórias atingiram os mais destacados representantes da escola paulista de relações raciais. Além disso, houve falta de dados: por ‘motivos técnicos’ a pergunta sobre a cor foi eliminada do Censo Demográfico de 1970.

Vale destacar, que na época da ditadura militar ocorreu a promulgação da LDB (Lei nº 5692/71), em que “a questão racial perdeu lugar nos princípios que regiam a educação nacional. Sua centralidade só foi retomada na nova LDB (Lei nº 9.394/96) com a alteração dos artigos 26-A e 79-B pela Lei nº 10.639/03.” (GOMES, 2012, p. 738).

Mesmo em um período difícil, no fim da década de 70, precisamente em 1978, as organizações do Movimento Negro realizaram um grande ato nas escadarias do Teatro Municipal do Rio de Janeiro como forma de protesto contra fatos que ocorreram na época, como o assassinato do estudante Robson Luz e a discriminação racial sofrida por quatro meninos, impedidos de treinar no Clube de Regatas Tietê. A união de vários grupos negros organizados nesse Ato passou a chamar Movimento Negro Unificado (MNU), o qual lutou para que as diferenças sejam respeitadas e para que as pessoas sejam tratadas com igualdade de direitos.

Organizou-se o ato para protestar contra os casos de discriminação racial, que levou a morte de Robson Silveira Luz em decorrência de torturas numa delegacia de polícia de Guaianazes e o caso do Clube de Regatas Tietê, que teria proibido o treino de alguns garotos negros no clube (KÖSSLING, 2004, p. 232).

Na área da educação, o movimento exige oportunidades educacionais igualitárias, denuncia a escola como instituição que reproduz o racismo e aponta o debate e a reflexão em torno do currículo, a formação do educador e o livro didático, como instrumentos centrais para a construção de uma educação democrática e multirracial.

Os anos seguintes “outro perfil de movimento negro passa a se configurar, com ênfase especial na educação” (GOMES, 2012, p. 738). É possível perceber que até aquele momento a abordagem universalista, no que se refere à educação, infelizmente não chegava a contemplar boa parte da população negra. Portanto, nos anos 80, os anseios do Movimento Negro começam a mudar. Segundo Gomes (2012, p. 738), “foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical”.

Gonçalves e Silva (2000) afirmam que a década de 80 foi dividida em duas fases,

Na primeira, as organizações se mobilizaram para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Vários foram os alvos de ataque: livro didático, currículo, formação dos professores etc. Na segunda fase, as entidades vão substituindo aos poucos a denúncia pela ação concreta. Esta postura adentra a década de 90. (p. 155)

Outro ponto relevante foi que em 1982 foi aprovado um “Programa de Ação” do Movimento Negro Unificado. Gonçalves e Silva (2000, p. 151) colocam que

Entre as estratégias de luta, propunha-se uma mudança radical nos currículos, visando a eliminação de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e à cultura afro-brasileira na formação de professores com o intuito de comprometê-los no combate ao racismo na sala de aula. Enfatiza-se a necessidade de aumentar o acesso dos negros em todos os níveis educacionais e de criar, sob a forma de bolsas, condições de permanência das crianças e dos jovens negros no sistema de ensino (Programa de Ação, 1982, p. 4-5).

De 1980 para cá, vários outros acontecimentos deram força e visibilidade para o Movimento Negro, mas foi no ano de 2003 que a Lei nº 10.639, sancionada pelo presidente na época, Lula, que altera os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases, torna obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

No contexto atual, algumas reivindicações do Movimento Negro vêm sendo transformadas em políticas do MEC, leis federais e publicações que norteiam a prática do professor para uma educação que respeite e valoriza as diferenças. Visa “uma escola que não reproduza em seu interior práticas de discriminação e preconceito racial, mas que, antes,

eduque para e na diversidade. Uma escola que se realize, de fato, como direito social para todos, sem negar as diferenças.” (BRASIL, 2014, p. 13).

Para concluir, foi através da força e do empenho do Movimento Negro no percurso histórico do país, que chegamos a esse momento. Muita coisa se fez e está acontecendo, contudo a luta deve continuar para que a sociedade plenamente mais justa e igualitária se concretize.

2.2.2 A educação infantil e as relações étnico-raciais

Na Educação Infantil, as crianças têm a possibilidade de ampliar conhecimentos de si e do mundo. É uma fase intensa na qual as interações que acontecem entre elas e com outras pessoas mais experientes, o contato com materiais diversos e o modo como acontece a mediação entre sujeitos se tornam relevantes para a constituição da identidade da criança.

O estudo e a prática pedagógica voltado para as relações étnico-raciais na Educação Infantil são recentes. Os debates em torno dessa questão vão ganhando visibilidade e as pesquisas que surgem voltadas para essa etapa, além de problematizar questões de discriminação na tenra idade, têm o objetivo maior de fortalecer, enraizar e tornar constante as práticas de respeito à diversidade racial.

Neste subtópico, visamos situar a Educação Infantil nesse contexto, no qual a educação para as relações étnico-raciais ganha força, por exemplo, por meio de diversas publicações, como as apresentadas pelo Ministério da Educação e outras parcerias. Destacamos a História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil (2014); o Projeto A Cor da Cultura (2010); Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil (2011); Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais (2012).

Existem também alguns estudos, dissertações e teses que abordam a temática das relações raciais na Educação Infantil. Podemos destacar as pesquisas realizadas por Dias (1997), *Diversidade étnico-racial e educação infantil: três escolas, uma questão, muitas respostas* e No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo (2007); a dissertação de Cavalleiro, *Do silêncio do lar ao fracasso escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil* (1998) e a tese de Trinidad, *Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil* (2012).

Todas as publicações e estudos acerca da temática racial no espaço educativo não teriam surgido sem a luta do Movimento Negro e as mobilizações sociais. Nesse sentido, cabe

ressaltar brevemente nesse segmento do trabalho, como a Educação Infantil passou a ser direito das crianças, reconhecida inicialmente em 1988 com a Constituição Federal.

A Educação Infantil é um tema, relativamente, recente na história do Brasil. Algum tempo atrás, lugares conhecidos como creche, maternal e jardim de infância não eram considerados espaços de educação. Eram vistos como estabelecimentos, onde as crianças eram cuidadas enquanto as mães iam trabalhar. Após reivindicação dos movimentos sociais, especialmente das mulheres, a Educação Infantil passou a ter o papel de educar e cuidar.

De acordo com Rosemberg (2012), a partir dessa nova conjuntura, o reconhecimento da Educação Infantil pública no Brasil, como primeira etapa da educação básica, foi direcionado especialmente para as crianças pobres, negras, pautadas em condições precárias de qualidade e baixo investimento. Segundo a autora,

a opção brasileira nos anos 1970 por expandir a educação infantil por meio de um modelo não-formal apoiado nos baixos salários de professoras leigas, prioritariamente para a região Nordeste, diferenciou o padrão de oferta do atendimento, não só quanto ao desenvolvimento regional mas, também, aos segmentos raciais. Esses programas a baixo investimento do Estado atingiram principalmente as crianças negras, pobres, principais usuárias de creches públicas e conveniadas. Porém, a questão da creche, da criança pequena tem pouco mobilizado manifestações do movimento negro contemporâneo: assistimos, apenas recentemente, a um crescente, porém ainda reduzido, número de pesquisadores(as) negros(as) e brancos(as) a se envolver com o tema da educação infantil, da creche, das crianças pequenas no contexto das relações raciais e de combate ao racismo (2012, p. 18).

Na Educação Infantil, no processo de socialização “as crianças começam a perceber diferenças e semelhanças entre os participantes de seu grupo, a reconhecer as próprias características e potencialidades”. (SILVA Jr; DIAS, 2011, p. 20). Os caminhos percorridos pelos vários estudos e publicações, citados acima, centrados na educação das relações étnico-raciais têm o desafio maior de propor uma mudança na forma de pensar as relações do cotidiano.

Souza (2010) coloca que os direitos da criança à educação devem estar pautados em princípios e um deles é a diversidade racial e cultural. Nas palavras da autora:

Quando nos remetemos ao princípio da diversidade, observamos que as crianças possuem singularidades, ou seja, possuem identidades distintas, sejam de raça, de gênero, de classe ou de procedência. Essas diferenças precisam ser acolhidas e trabalhadas nos espaços educativos e nas políticas a elas direcionadas, uma vez que o princípio da democracia é fundamental nas políticas educacionais brasileiras. (SOUZA, 2010, p. 68).

Podemos perceber que a autora defende a singularidade da criança, que a mesma possui sua própria identidade e é no espaço educativo que as diferenças das crianças precisam de atenção e acolhimento. Por estar inserida em um espaço social, onde o contato com o mundo tende a ser mais amplo e diversificado, a criança se constitui, produz conhecimento e é capaz de construir uma sociedade mais justa, que valoriza a convivência harmoniosa, o diálogo e o respeito com o próximo, independente de sua condição.

Apesar da conquista dos direitos da infância, das políticas de formação docente, da universalização do ensino e do crescente atendimento às crianças nessa etapa da Educação Básica, “a realidade não se mostra tão promissora para as crianças brasileiras, em especial para as crianças negras.” (SANTANA, 2006, p. 37). De acordo com a autora, existe uma desigualdade no acesso das crianças brancas e negras, desde o início da escolaridade.

Rosemberg (2012), ao analisar dados relacionados a frequência à creche e escola, observa que em 2008, 84, 5% de crianças negras e 79, 3% de crianças brancas não frequentavam a creche. A mesma não se limita apenas à diferença do percentual, de 5,2%, pouca diferença em relação ao acesso das crianças brancas nas creches. Rosemberg, antes de se preocupar com a questão racial, se preocupa com a idade, pois é este que maior impacto tem entre as crianças negras. Os 84, 5% de crianças negras que não dispõem de creche se mostra preocupante, pois Carvalho (2012, p.85) diz que “inúmeras pesquisas internacionais e nacionais são unânimes em afirmar que a frequência das crianças pequenas em instituições de educação infantil representa ganhos para o desenvolvimento, para a aprendizagem, para a interação social”.

O percentual das crianças negras fora da escola nos permite inferir que, futuramente, terá mais dificuldades em progredir, já que outros fatores presentes em diversas pesquisas constataam a frustração, o silêncio e a discriminação que essas crianças passam durante a vida escolar.

Santana (2006, p. 38) afirma que

No interior das instituições de Educação Infantil, são inúmeras as situações nas quais as crianças negras, desde pequenas são alvos de atitudes preconceituosas e racistas por parte dos profissionais de educação quanto dos próprios colegas e seus familiares. A discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas, mas produz desigualdades para crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem.

Para a autora, são incontáveis as situações de discriminação em que as crianças passam, mesmo partindo de seus coetâneos e adultos. Infelizmente essas situações não são

vistas com um olhar reflexivo, talvez pelo fato de despreparo do professor em lidar com essa questão, ou até mesmo por terem a ideia de que não existe preconceito racial nessa fase. Provavelmente, experiências negativas vividas na infância darão espaço para o “exercício da construção das desigualdades sociais” (LIMA, 2010, p. 88).

A autora ainda coloca que na medida em que os comportamentos, que revelam atitudes discriminatórias, forem corriqueiros e mais naturalizados pelos educadores corre-se o risco de prevalecer a unilateralidade de valores, e crenças.

Diante das discussões em torno das relações-raciais na infância, “torna-se relevante considerar a formação docente que deveria ser o primeiro critério para a seleção das professoras que trabalham na Educação Infantil” (SOUZA, 2010, p. 73). A existência dos documentos legais que tratam da Educação Infantil, pautados na educação antiracistas, não é suficiente para diminuir as práticas que oprimem e excluem outras culturas.

Cabe ressaltar a importância da reflexão acerca das leis nos cursos de formação, tanto inicial quanto continuada. Para embasar essa ideia, Souza (2010) diz que “pensar na formação docente para a infância com um currículo de valorização cultural que contemple as nossas origens africanas, pautado na diáspora, é um caminho de luta contra o racismo” (p. 75). Essa percepção da autora nos leva a constatar a relevância de uma boa formação voltada para esse tema, pois evidentemente se torna possível a reflexão e construção de um currículo, que respeita e valoriza a diversidade racial.

2.3 O Papel da Literatura Infantil na Apropriação Cultural

Destacamos que o meio primordial de trabalho pedagógico com as crianças pequenas é a produção cultural. A inserção na cultura africana por meio de livros de Literatura Infantil, bonecas, fantoches, roupas, perucas, acessórios diversos, organizados em áreas de interesses para a livre exploração das crianças constitui possibilidades de interações e aprendizagens para as crianças de diversas etnias, cores, raças, culturas, idades e classes sociais.

Nesse tópico, realçamos, sobretudo, o papel da Literatura Infantil para a aprendizagem de valores étnico-raciais, dentre outros.

Expomos, brevemente, o percurso histórico da literatura, um campo amplo que desperta interesse da criança e contribui para a compreensão da realidade e dos valores. Para iniciar é fundamental compreender o que é Literatura Infantil e para quem se destina. Na sequência, exibimos também a formação e o surgimento da literatura africana.

A literatura tem um papel mobilizador, ou seja, transforma a vida de uma criança, traz nas histórias diversas temáticas e até mesmo um pouco de si, porém, o percurso histórico da literatura infantil nem sempre teve essa percepção.

A história da Literatura Infantil está entrelaçado com a concepção de criança que se tinha até o século XVII. As crianças eram vistas como “adultos em miniaturas”, não se pensava sobre a infância como uma etapa da vida diferenciada das demais. As crianças compartilhavam da mesma rotina e ambiente dos adultos. Os bens culturais, tais como: livros, vestiário e alimentação a elas destinados, não se diferenciavam muito.

De acordo com Gregorin Filho “a infância era uma etapa a ser rapidamente ultrapassada para que o indivíduo se tornasse um ser produtivo e contribuísse efetivamente para a comunidade.” (2009, p. 38).

Desse modo, não havia uma literatura direcionada para as crianças nessa época. A literatura vinculada para adultos e crianças eram a mesma.

No século XVIII, à medida que as sociedades se industrializavam e aparecia a classe burguesa, emergiu uma nova concepção de infância.

A literatura voltada para os pequenos surgiu nesse contexto de grandes transformações. Nomes como Perrault e a Condessa de Ségur já demonstravam uma nítida preocupação com a educação das crianças, em transmitir valores morais. Outros nomes marcam o surgimento da Literatura Infantil, como irmãos Grimm e Hans Cristian Andersen.

No Brasil, Monteiro Lobato, se destacou pela irreverência, pela proposta inovadora. O mesmo é considerado o precursor de uma nova literatura voltada para crianças.

A presença do negro na literatura ganha visibilidade a partir da década de 20. Antes disso eram ausentes ou quando apareciam raramente, estavam ligados a personagens estereotipados, associados ao passado escravocrata e a submissão.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a produção literária estava voltada ao nacionalismo, que evidenciavam as grandezas do nosso povo e da terra, ficava clara a ideia de propagação da cultura européia. Após 1920, os textos buscavam falar do país e sua identidade cultural. As transformações na produção cultural passam a reconhecer a diversidade cultural do país.

Segundo Gouvêa (2005), “desloca-se a discussão em torno da brasilidade, não mais de negação, mas de afirmação de sua composição racial, a representação do negro na literatura, altera-se. O negro emergia nas narrativas, de maneira mitificada, identificado com as raízes do país”. (p. 84)

O negro presente na Literatura Infantil aparecia como contadores de histórias e diferenciava-se dos demais personagens. Os traços da cultura negra, como a oralidade e a transmissão de histórias de origem africana ganhavam força, carregando ainda o valor afetivo, contadas por velhas, cheia de ingenuidade.

No capítulo seguinte, discorreremos sobre a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa.

3 CAPÍTULO 2 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação.

(Minayo e Sanches)

Este capítulo tem o objetivo de esclarecer a trajetória da pesquisa, a qual tem como objetivo geral: Investigar as concepções das professoras de Educação Infantil acerca do trabalho pedagógico para o respeito à diversidade étnico-racial. Os objetivos específicos são os seguintes: a) Identificar práticas pedagógicas na Educação Infantil, concernentes à cultura afro-brasileira; b) Desnudar a postura das professoras em face aos conflitos ou expressões que fomentam o preconceito na Educação Infantil; c) Identificar materiais pedagógicos (livros, fantoches, brinquedos) que favoreçam um trabalho com as relações étnico-raciais na Instituição de Educação Infantil.

A seguir serão descritos os caminhos da pesquisa, enfatizando a natureza e os instrumentos utilizados, o campo de pesquisa e os sujeitos do estudo.

3.1 Caminhos da Pesquisa

O presente trabalho foi construído através da pesquisa bibliográfica e de campo. Este último como forma de coletar informações e subsidiar a pesquisa, leva posteriormente a reflexões em torno das dificuldades encontradas.

A pesquisa bibliográfica, segundo Prestes (2008, p. 26), “é aquela que busca adquirir conhecimentos a partir de informações provenientes de materiais gráficos ou de outras fontes”. Nesta pesquisa foram utilizadas fontes que tratam sobre a temática escolhida, como livros, artigos, sites e revistas.

Adotamos, deste modo, uma abordagem qualitativa, a qual “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32). A pesquisa dessa natureza no contexto da educação aproxima o pesquisador dos sujeitos, visando responder questões específicas e compreender suas práticas. Ainda sobre a pesquisa qualitativa,

trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2011, p. 21).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, que possibilita ter uma visão clara do que os sujeitos dizem e pensam sobre o tema.

A entrevista é uma das técnicas utilizadas na coleta de dados primários. Para que a entrevista se efetive com sucesso é necessário ter um plano para a entrevista, de forma que as informações necessárias não deixem de ser colhidas. As entrevistas podem ter caráter exploratório ou serem de coleta de informações. Se forem de caráter exploratório, serão permitidas eventuais indagações ou levantamento de dados e informações que não estejam contempladas no formulário; as de coleta de informações são altamente estruturadas, devendo seguir um roteiro previamente estabelecido e darem conta de respostas-núcleo do objeto de investigação, preferencialmente elaboradas com itens e questões fechadas, com múltiplas escolhas. A entrevista pode ser do tipo direto ou indireto. A entrevista direta é aquela em que o entrevistador se posiciona frente ao entrevistado; ela é presencial: o entrevistador indaga e o entrevistado responde (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 64)

A escolha desse instrumento se deu pela facilidade em obter informações sobre o problema estudado, compreender as concepções das professoras acerca do tema e propor uma reflexão profunda das práticas pedagógicas.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 195), um dos objetivos da entrevista é “conhecer o que as pessoas pensam ou acreditam que os fatos sejam”. A partir das ideias dos autores sobre a entrevista, a intenção desta pesquisa é compreender através das falas, o pensamento e a postura das professoras em relação ao trabalho com as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Segundo Miranda (2009, p. 42):

Numa entrevista semi-estruturada cominam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades com ele.

A entrevista exploratória, direta e semiestruturada, segundo a descrição dos autores citados anteriormente foi escolhida por ser um método que permite captar

informações, sendo possível com a mesma “correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam mais eficaz na obtenção das informações desejadas” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas. Na primeira etapa, foram selecionados publicações, livros, teses, dissertação, artigos que tratam sobre a temática.

Na segunda etapa, foi elaborado um roteiro para a entrevista semi-estruturada junto com a orientadora. As perguntas foram criadas a partir dos objetivos da pesquisa. O instrumento está organizado com os seguintes tópicos: dados gerais do sujeito e outro tópico com questões que tratam sobre as concepções em relação ao trabalho com as relações étnico-raciais na educação infantil.

Na terceira, etapa do trabalho foi feita uma visita nas escolas, com a finalidade de apresentar a carta do Curso de especialização em Educação Infantil e da pesquisa. Foi feito um contato com o núcleo gestor para saber, inicialmente, quais às professoras efetivas da escola que atuam na creche e pré-escola. Posteriormente, as professoras foram convidadas a participarem da pesquisa. Por fim, foi marcado o dia e o horário para as entrevistas. A quarta etapa do trabalho, consistiu no encontro com as professoras na data e local em que foi combinado, para a realização da entrevista.

Após as gravações em áudio das entrevistas, partimos para a transcrição das falas dos sujeitos. Com a escuta minuciosa das entrevistas e atenta aos objetivos da pesquisa, a análise e a discussão dos dados foi feita através de categorias, pois desse modo há a possibilidade de uma visão mais detalhada da postura do professor diante de questões fundamentais. Seguindo essa linha “podemos caminhar na descoberta do que esta por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que esta sendo comunicado” (MINAYO, 2008, p. 84).

De acordo com Lüdke & André (1986, p.42), “depois de organizar os dados, num processo de inúmeras leituras o pesquisador pode voltar a examiná-los para tentar detectar temas e temáticas mais frequentes. Esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias ou tipologia”.

As falas das professoras e as transcrições de alguns pontos presentes na análise e discussão dos dados se tornam reveladoras e permitem compreender a dinâmica do contexto em que trabalha e da própria formação acadêmica.

(...) torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 1993, p. 25).

3.2 Lócus da Pesquisa

As entrevistas foram realizadas em duas escolas públicas do município de Maracanaú, as quais recebem crianças da creche, pré-escola e ensino fundamental. A primeira escola visitada foi Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental “Orum”, que fica localizada no bairro Novo Maracanaú. Há 323 alunos matriculados, sendo que 161 crianças estão na Educação Infantil (Creche e pré-escola).

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental “Amadê” foi a segunda instituição visitada, fica localizada no Conjunto Jereissati II. Estão matriculadas 420 crianças, possui uma turma da creche com 15 crianças; 7 turmas de Educação Infantil, totalizando 188 alunos. Ambas as escolas recebem crianças do bairro e de outros. A maioria das crianças pertence a famílias carentes, são de um nível social-econômico desfavorável.

3.3 Participantes

Com o objetivo de conhecer o perfil dos participantes da pesquisa, foi elaborado um roteiro, onde um dos tópicos é direcionado aos professores, no qual iriam colocar o nome completo, faixa etária, formação acadêmica e continuada. Para esta última formação, foram criadas algumas perguntas que estão direcionadas à temática do trabalho.

Antes de realizar as entrevistas, na terceira etapa do trabalho, deixamos claro os critérios de escolha, que foram os seguintes: ser professor efetivo da rede municipal; ter no mínimo três anos de experiência; ser formado em Pedagogia e que esteja atuando na creche ou pré-escola.

Na carta de apresentação, que foi lida no dia da visita nas escolas, enfatizamos que o sigilo e o anonimato sobre a identidade da Instituição e das professoras que participarem da pesquisa seriam absolutos, portanto utilizamos nomes fictícios referentes às três professoras que aceitaram ser entrevistadas e das escolas em que trabalham.

A professora “Obax” atua na creche e pré-escola e há aproximadamente quatro anos atua na educação. Concluiu especialização em psicomotricidade.

Professora “Lelê” atua no pré I (crianças com a faixa etária de 4 anos), possui 24 anos de experiência na Educação e possui pós-graduação em Gestão escolar.

Professora “Monifa” atua na creche, tem 26 anos de experiência na educação e desde 2005 trabalha na Educação Infantil. Antes disso tinha uma extensa experiência no Ensino Fundamental. Concluiu especialização em Gestão escolar e Educação Infantil.

Cabe ressaltar que a professora Monifa é formada em Filosofia, o que contradiz um dos critérios da pesquisa, porém no momento do acordo entre as professoras, todas disseram que eram formadas em Pedagogia, mas na entrevista ela colocou que é formada em outra área. Logo abaixo foi criada uma tabela, com os nomes fictícios das professoras e das escolas do município.

Tabela 1 - Nomes fictícios

PROFESSORAS	ESCOLA
OBAX	EMEIEF “AMADÊ”
LELÊ	EMEIEF “ORUM”
MONIFA	EMEIEF “ORUM”

Fonte: Elaborado pelo autor

Todas as professoras colocaram que, no município é recente a formação voltada para as relações étnico-raciais na educação infantil. Existe no município o projeto Afro-arte era mais voltado para o Ensino Fundamental. Recentemente ocorreram as primeiras formações em que passaram para os professores de creche e pré-escola o Projeto Afro-arte e o incentivo a participação dos professores no festival que acontece anualmente.

Algumas questões pertinentes foram colocadas, em relação à lei nº 10.639/2003, o projeto a Cor da Cultura e o envolvimento com leituras sobre as relações étnico-raciais.

Nas entrevistas, fica claro que as professoras já ouviram falar na lei, porém não conhecem detalhadamente. A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira e africana, que teve início no ano de 2004 e tem o objetivo de incentivar práticas positivas. Algumas escolas de Maracanaú foram contempladas com o projeto, que consiste em um Kit com cadernos, composto com vários artigos e sugestões de como trabalhar a questão étnico-racial na sala de atividades. Nesse material ainda contem vídeos educativos com histórias africanas e afro-brasileiras entre outros. As professoras, participantes dessa pesquisa não conhecem o projeto e não há disponível na escola em que trabalham.

4 CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Eu o pesquisador, ao analisar entrevistas e recolher histórias de vida, estou aumentando diretamente o meu conhecimento sobre a minha sociedade e o meio social em que estou mais diretamente inserido, ou seja, claramente envolvido em um processo de autoconhecimento [...].

(Gilberto Velho)

Neste capítulo, apresentamos, analisamos e discutimos os dados do presente estudo. Embasadas na teoria sociointeracionista e após a leitura minuciosa das falas transcritas, e do indicativo das perguntas acerca do assunto conforme os objetivos específicos, delimitamos três categorias, a saber: Práticas pedagógicas das professoras pesquisadas; Postura das professoras pesquisadas diante dos conflitos e Materiais pedagógicos disponíveis para a realização do trabalho pedagógico nas escolas onde os sujeitos pesquisados trabalham.

Iniciamos a apresentação seguindo as categorias anunciadas.

4.1 Práticas Pedagógicas das Professoras Pesquisadas

Essa categoria refere-se às práticas das professoras envolvendo a educação das relações étnico-raciais. Percebe-se que mesmo trabalhando no mesmo município e participando da mesma formação que ocorre mensalmente, as professoras expressam concepções diferentes sobre como trabalhar as questões étnico-raciais na educação infantil. A visão que têm sobre essa temática reflete claramente na prática em sala de aula.

Antes de expor as falas¹ das professoras sobre a forma que conduzem o trabalho voltado para essa temática na Educação Infantil, é interessante destacar as respostas das mesmas diante de uma das perguntas da pesquisa, que se refere à concepção que têm sobre trabalhar as relações étnico-raciais nessa etapa.

Destacamos as concepções de Obax:

OBAX: É uma questão... como é que eu posso dizer... essencial... assim... né ... é uma das questões mais prioritárias eu acho... porque quando você já está trabalhando isso... você já começa a trabalhar o cidadão dès:: de os dois aninhos né... já tá trabalhando a cidadania... o respeito. Então eu falo muito isso... a questão do respeito... da inclusão:: então é uma temática que tem que está dentro da escola desde sempre... (informação verbal).

¹ A partir deste ponto as falas das entrevistadas terão a fonte identificada pela expressão *informação verbal*, entre parênteses, para se referir às informações coletadas em entrevistas.

Obax ainda acrescenta em outro momento da entrevista:

OBAX: eu acho que assim... é um tema que vem sendo inserido nas escolas, mas tem que ser bem mais trabalhado, ter mais formações para os professores... é um tema que tem que fazer parte da rotina e não só da Educação Infantil... mas de forma geral. Até nas universidades... mesmo né... porque a gente tá trabalhando uma questão social... né... respeitar uma questão social... (informação verbal).

Já Lelê e Monifa dizem o seguinte:

MONIFA: Bom... é:: eu acho que pode ser interessante você é... trabalhar, certo? Só que a:: a própria idade... a própria idade da minha turma que... são muito pequenos... é:: é muito difícil, certo? É difícil... você pode fazer um trabalho com essa temática... pode fazer... mas acho que no Ensino Fundamental pode ser assim... mais enfatizado... (informação verbal).

LELÊ: Ah... eu acho isso de grande valia... com certeza... porque... hoje a gente ver o negro... bem mais conceituado na sociedade né... existem negros advogados, juízes né... então... tem que ser trabalhado muito isso aí... que não há motivos para discriminar uma pessoa... pela cor da pele... todos... podem conseguir algo... com esforço... (informação verbal).

A leitura dos trechos das falas das professoras revelam que consideram relevante o trabalho com a temática das relações étnico-raciais na Educação Infantil. Em decorrência da idade das crianças da professora Monifa, por exemplo, que trabalha em creche com crianças de 2 a 3 anos considera que não há muitas possibilidades de trabalho com as crianças e defende que no Ensino Fundamental seria mais interessante trabalhar essa questão e deveria ser mais enfatizado. A compreensão dessa entrevistada, contudo, revela que ela não considera outras possibilidades e estratégias de aprendizagens, mediante as diversas linguagens das crianças. Desde cedo os pequenos, são competentes para explorar, cores, sabores, sons, odores, texturas, temperaturas, etc. É possível explorar muitos conceitos com as crianças da creche, desde que haja a compreensão de como elas aprendem e a competência para planejar espaços, materiais e rotinas que deem conta de suas necessidades de exploração de mundo por meio de um ambiente estimulante, seguro e acolhedor.

Em relação à temática em estudo, providenciar e dispor às crianças brinquedos de diversas culturas, tecidos, bonecas, culinária, artesanatos, livros, revistas, filmes, músicas possibilita a criança conhecer por meio da experimentação e exploração à cultura de modo concreto. A professora deve ser a mediadora, ir conduzindo às aprendizagens, oferecendo suporte as crianças em suas descobertas.

Com relação à frequência com que é trabalhada essa temática durante o ano:

MONIFA: Essa... essa... essa... temática, assim... eu vejo assim que... vai depender assim do momento da criança... entendeu? [...] a gente já tá pensando aqui... a própria escola já tá pensando... em fazer uma acolhida com história... por exemplo... aquela história “Menina Bonita do Laço de Fita” entendeu? e a gente vai falar um pouco dessa questão da África... de que a gente veio de lá... sabe? Então... é assim... as estratégias elas vão se montando no decorrer do ano...

MONIFA: não lembro nesses anos de educação infantil em ter acontecido situações de discriminação. Logo porque né... as crianças da creche são, são muito pequenas... muitas têm até dificuldade em falar, então assim né... não presenciei preconceito por parte das crianças.

A professora Monifa expressou que trabalhar a questão das relações étnico-raciais depende muito da faixa etária da criança. Supõe-se que não enriquece sua prática, com meios instigantes, que contemple a diversidade racial. Cita apenas a história contada no pátio, durante as acolhidas.

Como a mesma atua na creche, não acredita que seja imprescindível trabalhar as diferenças em sala, como podemos perceber na fala seguinte: MONIFA: “[...] não é que não faça... porque você já vai formando o cidadão pra aceitação né... da aceitação da diversidade... mas não não é uma coisa que você diga assim... é imprescindível... é imprescindível não vejo assim.... entende?”

Nessa última colocação da professora, percebe-se que se assemelha a resultados de alguns estudos que buscaram investigar a postura dos professores e sua prática e constatou-se que esse assunto na Educação Infantil não era tão importante. Esses resultados, “evidenciaram que a abordagem das diferenças, atribuídas ao pertencimento racial nessa etapa da educação, era vista como assunto de menos importância, sob a justificativa de que as crianças pequenas não perceberiam tais diferenças” (DUARTE, 2012, p. 144).

Para a professora Lelê, quando a criança demonstra atitudes preconceituosas, é dialogado com os pais sobre a influência de algumas atitudes oriundas do ambiente familiar. Nas palavras da entrevistada:

LELÊ: ...A gente trabalha muito isso aí com os pais... né... [...] porque eu tenho umas três mães... que elas...elas tem assim costume de... é::: assim de gostar mais da professora branca do que da professora preta e assim há sempre discriminação de... de... até mesmo pela fala dela pela forma de falar...

Segundo Trinidad (2012):

Para trabalhar a diversidade étnico-racial com as crianças, a família é primordial. Os pais devem ser informados sobre todas as atividades que serão realizadas com as

crianças, os objetivos e principalmente a importância de sua participação, trazendo informações sobre a cultura que a criança tem em casa (p. 31).

A fala de Lelê mostra a importância que ela atribui, ao ter contato com os pais das crianças porém, segundo ela, parte da família a atitude preconceituosa no ambiente escolar e isso nos mostra que é necessário um trabalho mais expressivo, atuante na escola, ou seja, por meio de projetos, em que os pais participem junto com as crianças, ou de culminâncias que sejam abertas e acessíveis à comunidade, que mostrem a importância de valorizar a diversidade racial, de como é fundamental fortalecer o respeito com o outro para a formação da criança e a construção de uma sociedade mais justa.

Para ela, a temática é trabalhada durante todo ano, por meio de projetos e brincadeiras, porém, não deixou claro como aconteciam esses projetos na escola, como podemos perceber mais adiante.

LELÊ: o ano todinho...sempre tá... se trabalhando isso aí...

PESQUISADORA: através de que?

LELÊ através de projetos... através de... de... de... até mesmo de de brincadeiras né... com as crianças...

PESQUISADORA: já houve alguma culminância na escola sobre essa questão?

LELÊ: não lembro, eu passei... eu tive um tempo afastada da... da escola... aí não lembro, mas houve...

A professora Obax, revela um ponto ainda preocupante, a visibilidade que a escola demonstra em relação às questões raciais. Por mais que seja estudado nos encontros de formação ofertados pelo município, nas orientações de que essa questão deve ser um trabalho constante, as culminâncias de projetos ou algo similar a respeito da diversidade racial ganha destaque no mês de novembro, ou de forma pontual em datas específicas.

PESQUISADORA: Então você trabalha frequentemente essa questão?

OBAX: Diariamente.

PESQUISADORA: E na escola?

OBAX: Em novembro tem a culminância, mas sempre é colocado pra que nas salas as professoras, individualmente, estejam trabalhando.

Segundo Catani *et al.*, (2003 *apud* Dias, 2012, p. 183), a análise das práticas das professoras nesta categoria “não se reduz somente à consideração da ação dos professores, mas também ao exame de suas relações com as diversas esferas do sistema de ensino e com o contexto social e cultural no qual a instituição, os docentes e as crianças estão inseridas”.

E uma dessas relações, que merece aprofundamento e que está intrinsecamente ligada a prática do professor, são as formações e cursos que os professores frequentam ou

frequentaram que abordam a questão de como trabalhar a cultura, ou as contribuições da cultura afro-brasileira e africana na escola. A partir das concepções das professoras e da trajetória profissional delas, chega-se à outra questão: porque a questão africana e afro-brasileira ainda é um tema praticamente silenciado nas formações iniciais? As respostas se mostram pouco consistentes e parecem carregar mesmo que, inconscientemente, palavras e expressões que denotam preconceito. Carregadas de certas concepções e sem uma formação rica, há a possibilidade de desenvolver práticas que respeitem e reconheçam as diferenças?

Todas as professoras que participaram da entrevista fizeram referência às formações que ocorrem mensalmente; LELÊ: “do próprio município, né...Todo mês acontece essas formações...”. OBAX: “Aqui no município... tem a nossa formação mensal, que é uma formação continuada” (informação verbal)

De modo que uma delas coloca em outro momento que: OBAX: “não é algo que a gente fica... para pra ler textos... Na formação do município que eu lembre, a gente nunca parou pra fazer isso... mas sempre é um assunto... uma temática que vem à tona” (informação verbal).

Após 14 anos da implementação da Lei nº 10.639, trabalhar a cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação infantil ainda é um grande desafio. As práticas e posturas do professor diante do tema são reflexos dos conhecimentos que receberam durante sua formação pessoal, acadêmica e também durante as orientações recebidas mensalmente.

Em outro trecho, ao ser perguntada como a escola vê a educação das relações étnico-raciais, a professora revela o seguinte:

PESQUISADORA: E na escola?

OBAX: Em novembro tem a culminância, mas sempre é colocado pra que nas salas as professoras individualmente estejam trabalhando.

PESQUISADORA: Então na Educação Infantil começou recentemente a explorar mais essa questão?

OBAX: Pois é, nós aqui da escola iniciamos no ano passado, um ano antes a gente aproveitou que o fundamental já estava engajado... aí a gente iniciou também. Então eu acho que essa temática aqui no município tá sendo bem mais trabalhada ultimamente.

PESQUISADOR: O coordenador traz alguma coisa das formações em relação a isso?

OBAX: sobre essa temática? Mais na época do Afro-arte.

Mesmo com o discurso unânime entre professores, sobre a relevância de se trabalhar as relações étnico-raciais na infância pautado no respeito e valorização da diversidade, preocupa ainda o valor que a escola atribui a esse tema na vida cotidiana das

crianças. A prática pedagógica do professor “não se trata de uma postura individual, mas de uma prática coletiva.” (BRASIL, 2014, p. 15).

[...] as instituições que ofertam a educação infantil deverão analisar criticamente, sob a perspectiva da diversidade, o material didático selecionado, os brinquedos, a ornamentação das salas, as brincadeiras, as cantigas, a relação entre os professores e as crianças, e entre as próprias crianças, e indagar: as crianças têm sido pedagogicamente tratadas de forma digna? A presença negra – componente importante da nossa formação social e histórica – se faz presente na educação das crianças de 0 a 3 e de 4 a 5 anos? Como? (BRASIL, 2014, p. 15).

Ressaltamos a importância da formação dos professores para a compreensão de aspectos como este que estamos analisando, porque impactam diretamente na vida de crianças que precisam ser reconhecidas em sua cultura, pelo modo de ser e de viver, suas características físicas, modo de falar, sua cor, seus cabelos como beleza diversa, beleza a ser reconhecida, valorizada e respeitada pelos pares e pelos adultos. Salientamos ainda que não se faz necessário haver a presença de um afro-descendente em sala para que possamos pensar em incluir em nossa proposta pedagógica, no fazer cotidiano de nossas instituições de educação o trabalho com essa temática. Falar, vivenciar e experimentar sobre a questão da diversidade do nosso país para aprendermos a respeitar é um imperativo ético, respeito devido a essa grande parcela da população brasileira. Em outras palavras, o respeito às diferenças deve ser princípio de qualquer ação pedagógica (BRASIL, 2014).

4.2 Postura das Professoras Pesquisadas diante dos Conflitos

A segunda categoria tem como objetivo revelar a postura das professoras entrevistadas diante dos conflitos que possivelmente podem ocorrer no espaço da instituição de Educação Infantil. Mesmo diante de um discurso contraditório e difuso das entrevistadas, pode-se inferir que há um silenciamento ou negação da realidade ao afirmarem que não ocorrem conflitos, que são comuns nessa etapa de vida das crianças.

Ao serem perguntadas sobre situações de discriminação que ocorrem nas turmas em que trabalham, duas professoras colocaram o seguinte: MONIFA: “[...] não lembro nesses anos de educação infantil em ter acontecido situações de discriminação. Logo porque né... as crianças da creche são, são muito pequenas... muitas tem até dificuldade em falar, então assim né... não presenciei preconceito por parte das crianças.” (informação verbal).

OBAX: [...] nunca tivemos uma manifestação de conflito em relação a cor. Na minha turma não. Nem no ano passado... também não tivemos. Eu acho que é até por esse trabalho assim... a gente tá trabalhando com contação de história, constantemente. [...] na minha prática eu sempre procuro trabalhar a questão da inclusão em geral e do respeito... né até durante as regras de convivência e tal... ontem mesmo eu tava trabalhando a questão da deficiência, sempre tá colocando né... às vezes tem a semana do bebê eu sempre trago uma boneca mais escura né... da pele mais moreninha... então eu nunca tive esse problema não... de conflito entre eles não.

Podemos perceber que para Monifa, professora da creche, as crianças são muito pequenas, portanto é difícil identificar, perceber alguma manifestação de conflito relacionada a cor de pele, cabelos etc. nesse agrupamento em razão da idade das crianças.

A questão racial, a percepção das diferenças físicas entre as crianças, começa desde cedo. Antes de serem inseridas em intuições educativas, até mesmo antes de se expressarem verbalmente com clareza nas conversas entre seus pares e adultos, é possível perceber atitudes, expressões curtas que indicam possivelmente preconceito.

Demonstrando ou não atitudes discriminatórias em relação a alguma característica física, as crianças pequenas de 0 a 3 anos que frequentam a creche tem o direito em participar de atividades ricas, ampliando assim sua percepção de mundo e construindo a ideia de respeito em relação a outras manifestações culturais durante a vida. Deve-se romper com a ideia meramente assistencialista, de cuidados com a criança pequena. Na Educação Infantil, o cuidar e educar caminham juntos, portanto, atividades diferenciadas que possibilitem a criança ter a percepção da dinâmica da realidade são necessárias.

A professora Obax, que atende creche e pré-escola afirma que não houve manifestação de conflitos entre as crianças. Ela acredita que o trabalho que faz favorece para que não ocorram tais conflitos.

Diante do que foi colocado anteriormente pelas professoras, percebe-se que está presente em suas falas dirigidas “às crianças a preocupação de que elas não tivessem ou pelo menos não expressassem ideias preconceituosas” (DUARTE, 2012, p. 148-149).

Essa constatação se torna preocupante, pois existem inúmeras evidências e pesquisas que apontam e constataam situações de conflitos entre crianças na escola.

O que pode estar entrelaçado à fala das professoras é um possível silenciamento diante dos conflitos que envolvem as relações raciais nessa etapa da vida ou um “despreparo do professor para lidar com situações de conflitos étnicos entre os elementos do cotidiano escolar” (VALENTE, 1995 *apud* CAVALLEIRO, 2014, p. 37).

Diante da resistência da professora, expressa nas falas ao negar conflitos Cavalleiro afirma o seguinte:

O modo como essas educadoras concebem o cotidiano escolar e as relações interpessoais nele estabelecidas dificultam a percepção dos conflitos étnicos e, inclusive a realização de um trabalho sistemático que propicie a convivência multiétnica, já que para elas esses problemas inexistem (2004, p. 46).

Já a professora Lelê, coloca que já ocorreram situações de discriminação racial na turma em que trabalha. A mesma coloca o seguinte:

LELÊ: Não em termos de cor da pele, mas em termo de cabelo... né
 [...]PESQUISADORA: Quando ocorre expressões que remetem a discriminação por conta do cabelo, o que você faz?
 LELÊ: É... assim...eu vou chamar as crianças né..., conversar com elas...explicar que devemos ter, ter...respeito com as pessoas... mesmo sendo é:: diferente.

Lelê revela que em sua turma, crianças na faixa etária de 4 anos, ocorrem situações onde as crianças falam sobre o cabelo de outras. Diz que no momento de intervir apenas conversa com a criança e explica a importância de respeitar o próximo, independente de suas diferenças físicas.

Segundo Duarte (2012, p. 152):

Questões referentes às características físicas (cor e textura do cabelo, cor de pele etc.) são comuns às crianças, principalmente de educação infantil, pois fazem parte do processo de construção da sua identidade, que será sempre relativizado pelo outro, ou seja, construímos nossa identidade também no olhar do outro. Nesse sentido, todos os profissionais que lidam com crianças têm grande importância nesse processo.

Há na Educação Infantil, a percepção das características do outro e de si e do contexto em que está inserida. A criança constrói sua identidade através de trocas de experiências com outras crianças e com os adultos presentes na instituição. Cabe ressaltar que a relação do adulto com outras crianças pode ou não fomentar atitudes preconceituosas. Na fala de Lelê, mostra que diante de conflitos dessa natureza, que envolve a cor do cabelo, recorre ao diálogo. Este último “poderá ser apresentado desde cedo, como instrumento de mediação de conflitos, valorizando a palavra” (BRASIL, 2014, p. 95).

O meio que a professora utiliza para mediar esse tipo de conflito é interessante e deve ser uma constante na prática pedagógica do professor em qualquer situação. Duarte (2012, p. 156) diz que “o diálogo por si só, e ocorrendo em momentos nos quais acontecem conflitos pautados no pertencimento racial, sem uma ação intencionada e refletida por parte da professora não alcançará o efeito desejado: o de proporcionar às crianças elementos para

entenderem as relações raciais presentes no país, e mais: reconhecerem e valorizarem as diferenças entre as pessoas.”.

Em outro momento a mesma entrevista diz:

LELÊ: [...] houve caso do aluno querer desprezar o outro amigo por causa da cor da pele e... eu... assim... além de eu ter explicado pra ele... deixei ele uma semana sozinho sentado pensando... pra ele ver que a gente não vive sozinho que a gente precisa de um amigo *mesmo que*² ele seja de cor, de raças diferente, .mas eles... eles são iguais... né?

Após ressaltar a importância do diálogo em situações de conflitos, Lelê relata um exemplo que ocorreu em sua prática. Houve a conversa com a criança seguida de uma atitude por parte da professora, uma ação repreensiva que poderia ser conduzida e repensada de outra forma, de uma maneira mais construtiva não só para a criança que, segundo ela, queria desprezar o coleguinha, mas para todas as crianças em sala de atividade.

Observemos as expressões na fala dessa professora, no trecho em análise: “*a gente precisa de um amigo mesmo que ele seja de cor, de raças diferente, mas eles... eles são iguais... né?*³”. A entrevistada, expressa preconceito racial ao tentar educar as crianças para a consciência sobre a diversidade étnico-racial e, por conseguinte, o respeito entre as crianças independente de características físicas.

A expressão “mesmo que” parece revelar um pesar, uma falta, posição desprivilegiada da pessoa de “*de cor, de raças diferente*”, em relação aos demais. Equivaleria, arriscamos dizer: “Apesar de ser negro, pode ser amigo?” Evidenciamos a necessidade de um trabalho de formação dos professores, formadores de consciência, de opinião, porque eles trabalham com as crianças na primeira etapa da educação básica, quando as crianças estão construindo conceitos a respeito de si, do mundo e dos outros. As concepções que as professoras têm sobre o mundo são inculcadas nas crianças com as quais passam a maior parte do dia. Os adultos são percebidos como modelos para as crianças. A mensagem subliminar que a professora passou para essas crianças parece muito preocupante.

De acordo com Galvão, “o conflito é necessário à vida, inerente e constitutivo, tanto da vida psíquica, como da dinâmica social” (2004, p. 15). A autora deixa claro que falar em conflitos não remete necessariamente à violência. Os conflitos, mencionados nessa pesquisa, devem ser vistos pelo educador como um momento de construção, uma possibilidade de formar valores positivos diante da temática racial.

² Grifo da pesquisadora.

³ Grifo nosso.

Percebe-se nessa pesquisa que duas professoras negam a existência de conflitos entre as crianças, levando-nos a acreditar na possibilidade de que não há uma concepção clara do conceito de conflitos, envolvendo a diversidade étnico-racial, ou seja, negam os conflitos, mas por outro lado apontam práticas e ações que mediarão o surgimento de tais conflitos, reconhecendo que na escola e na sala de atividades há crianças afro-descendentes. Outro ponto a ser destacado é o modo como é conduzido, por parte da professora Lelê, os conflitos que surgem. A docente aponta sugestões de como trabalhar diante dessa situação, como por meio de histórias, gravuras e vídeos, mas ao mesmo tempo repreende a criança, deixando-a sentada, sem nenhuma indicação de outra intervenção prática que pudesse orientá-la nas relações com os pares. Salientamos, em consonância com a entrevistada, que seria muito adequada a adoção de estratégias que favorecesse a compreensão das crianças, de modo lúdico, por meio de contação e recontação de histórias, desenhos, pesquisas em revistas sobre a diversidade de belezas, induzindo a pesquisa das crianças para que elas percebessem a beleza negra e a valorizasse, por exemplo. Compreendemos, contudo que o fazer pedagógico supõe conhecimentos que vão além da metodologia do trabalho, requer conhecimentos sobre cultura, política dentre outros saberes que são necessários para a condução de uma prática educativa consciente e libertadora.

O tratamento dessa questão com as crianças requer por parte do adulto, compreensão da complexidade da situação social dos negros no Brasil e no mundo, supõe também que o adulto tenha consciência de nossa realidade local, das famílias das crianças, consciência de si mesma em relação a essa questão.

O castigo imposto pela professora à criança que supostamente desprezou a outra parece muito severo. A sanção de reciprocidade proposta por Piaget (1994) equivaleria, nesse caso, a conversar com a outra criança e saber como ela se sentiu diante da conduta da outra. O castigo, a supressão da convivência com as demais crianças por uma semana parece inadequado pelo fato de uma criança não manter o fluxo de pensamento a coerência das ideias. Provavelmente, se ela realmente adotou tal medida todos os dias da semana ela recordava para a criança o motivo de ela está de castigo. Essa atitude, em vez de favorecer a amizade entre as crianças pode gerar um sentimento de injustiça, porque a professora se preocupa tanto com uma criança e pune tanto outra?

Mesmo sendo contraditórias, as falas das professoras em diversos momentos, ou seja, a fala não se mostra coerente com sua prática “é flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte dos profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar” (CAVALLEIRO, 2014, p. 98). Conforme o relato das

pesquisadas, não há um trabalho contínuo com essa temática. Mesmo diante de novas publicações do MEC a respeito desse tema, de vários materiais que se encontram disponíveis, as escolas de educação infantil ainda não estão atendendo a essa demanda, que inclusive, consta nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2009).

4.3 Materiais Pedagógicos

Nesse bloco de análise, apresentamos e discutimos sobre materiais pedagógicos presentes na escola. Destacamos também a utilização destes, pelas professoras para trabalhar as questões étnico raciais.

Durante as entrevistas, os meios citados pelas professoras se assemelham, principalmente quando citam as histórias de Literatura Infantil que tratam questões que remetem a pluralidade racial presente em sala de aula e na sociedade.

Sabemos que um dos caminhos para a construção de relações positivas e de respeito entre as crianças são materiais de apoio ou recursos pedagógicos encontrados na escola para se trabalhar questões tão complexas. Ao considerarem a temática relevante na Educação Infantil, perguntamos os meios que utilizam em sala de atividade com as crianças: OBAX: “Os meios se encaixariam muito na metodologia né... questão da roda de conversa, contação de histórias, interação, jogos e atividades coletivas, músicas...tudo isso”. MONIFA: “realmente histórias são estratégias, são formas de você mostrar que nossa escola é assim... cada um tem a sua cor né... mas isso não faz diferença... porque não vai ser a nossa cor que muda nossa forma de ser::: e brinquedos”. LELÊ: “Uns vídeos né... recortes mostrando os tipos de raça, que existem vários. As histórias, os livros que têm muitas historinhas que trabalham isso aí...” (informação verbal).

Percebe-se, nas falas anteriores, que todas as professoras utilizam textos de Literatura Infantil para trabalhar com a diversidade étnico-racial com as crianças. Além das narrativas mencionam outros meios como: a roda de conversa, músicas, vídeos e trabalho com recortes.

Concordamos com Bento, Silva e Carvalho (2012) ao afirmarem o seguinte:

Os ambientes de aprendizagem para a igualdade racial devem ser abertos às experiências e possibilitar que as crianças expressem seu potencial, suas habilidades e curiosidades e possam construir uma autoimagem positiva. Educar para a igualdade racial na Educação Infantil significa ter cuidado não só com a escola de livros, brinquedos, instrumentos, mas também cuidar dos aspectos estéticos, como a

eleição dos materiais gráficos de comunicação e de decoração condizentes com a valorização da diversidade racial (p. 20).

As relações entre crianças e adultos devem acontecer em um ambiente estimulante, no qual possam se expressar, mesmo encontrando conflitos. Porém o papel do educador se torna primordial ao mediar essas relações com o objetivo de auxiliar na construção de ideias positivas e de respeito diante as diversas manifestações culturais.

Ao analisar as entrevistas das professoras, fica claro que a leitura e a contação de histórias estão presentes na rotina das crianças no decorrer do ano. As histórias que trazem para a sala o tema da diversidade desempenham um papel crucial na educação das crianças, desde que o professor permaneça atento a alguns critérios de escolha. Nesse sentido, os estudos de Rosemberg e Pahim orientam os educadores a ficarem atentos a algumas questões na escolha dos livros de literatura. Segue alguns pontos importantes a serem considerados ao escolher os livros:

1) há pessoas negras que ocupam posições sociais e profissionais, como médicos, professores, empresários etc; 2) as crianças negras encontram-se em posição de destaque de modo positivo; 3) a imagem de pessoas negras é apresentada de modo positivo e não pejorativamente; 4) a população negra é apresentada como protagonista importante de fatos históricos e não apenas como escrava (ROSEMBERG; PAHIM, 1997 *apud* BENTO; SILVA; CARVALHO, 2012, p. 22).

Além do professor estar atento aos elementos e aspectos essenciais que deve conter os livros de literatura, vale destacar nessa discussão, acerca dos materiais pedagógicos, a necessidade de ampliação do acervo literário. É interessante na prática pedagógica do professor e estimulante para a criança, o espaço do “cantinho” da leitura na sala de atividades ou uma biblioteca na escola. Podemos perceber que algumas histórias se repetem durante as entrevistas, de maneira que é possível supor que não há pesquisas por parte dos professores sobre outras histórias ou outros portadores de texto que trazem a questão da diversidade racial. Destacam-se logo abaixo as histórias que as professoras citaram: MONIFA: “É...tem *A Menina Bonita do Laço de Fita*... né...tem essa história do *Kiriku*, que é uma fábula e *Cabelos de Lelê*”. OBAX: “*A Menina Bonita do Laço de Fita*, a gente trabalhou também *O Menino de Barro* [...] deixa eu ver outra...é::: porque quando eu penso, eu penso mais na Menina bonita...Acho que é só mais esses dois mesmo”. LELÊ: “Essa própria né... da... da... *O Cabelo de Lelê*”.

Em outro momento da entrevista, a professora revela que existem livros na instituição de Educação Infantil, porém não deixa claro quais são e que outros livros podem ser utilizados pelos professores. Nas palavras das entrevistadas:

LELÊ: Existem, mas eu não sei te dizer...tem... existem... mas eu não sei dizer bem os livros...

PESQUISADORA: As crianças têm acesso... elas exploram os livros sobre a questão da diversidade racial?

LELÊ: tem... com certeza... elas pegam... logo que a gente vai na biblioteca né... quando tem essa... essa... que há conflitos em sala... a gente procura levar eles para esse lado da leitura... para o próprio entendimento deles né... de explicar direitinho... para eles entender como é que é eles... para não ter essa distinção de cor....

A professora Lelê se mostra confusa e sem um planejamento que expresse uma intencionalidade pedagógica em suas ações. Pois, ao se trabalhar as relações étnico-raciais com as crianças, principalmente, quando há conflitos, ela leva as crianças a biblioteca, oferece o momento de interação com livros, porém fica a questão e a dúvida: como soluciona esses conflitos com o uso de materiais sobre o temática, se a professora não sabe os livros existentes na biblioteca que tratam sobre o assunto? Que livros afinal as crianças têm acesso? O contato apenas com os livros, resolve o conflito surgido entre as crianças?

Seria possível, a professora trabalhar o conflito surgido, utilizando outra estratégia na biblioteca, porém parece que isso não acontece. O contato com livros diversos, sem a escolha e o planejamento prévio do professor pode ser negativo. Em outras palavras:

O livro didático é apontado pelas pesquisas raciais como sendo um veículo que pode gerar consequências negativas na autoimagem da criança negra, pela veiculação de estereótipos relacionados ao povo negro que geralmente é apresentado de forma caricaturada e desempenhando papéis subalternos (ABRAMOWISZ; RODRIGUES, 2010, p. 93).

Percebe-se a ausência de intencionalidade da professora, e isso aponta para a necessidade de diálogos e reflexões sobre a formação inicial e continuada dos professores para trabalhar com na Educação Infantil e em outras etapas da educação básica.

A seguir, apresentamos as falas das professoras acerca da relevância, do papel das histórias, que mencionaram no decorrer das entrevistas, para a formação das crianças na educação infantil:

MONIFA: realmente é uma coisa que você leva para o resto da vida... então histórias que você ouviu quando criança... Você vai lembrar sempre aquilo... Geralmente essas histórias tem uma moral e essa moral fica realmente impregnada na nossa formação né... então não tem como não ser importante isso né...

OBAX: um papel de fazer com que eles... é::: que eles compreendam a questão do respeito uns aos outros... respeitar... que eles tem uma característica e que o colega tem outras características. E educação infantil através de histórias é como se... como se acendesse uma luz para eles... simplifica o entendimento[...]

Conforme o que foi exposto pelas professoras, cabe trazer para nossa discussão que:

[...] é possível perceber que a literatura se torna um instrumento que pode ser utilizado como via de desconstrução desse processo e favorável a um processo de mudança e, de reconhecimento do negro no panorama social brasileiro. A literatura (“não aquela que insiste em estereotipar o negro, mas aquela que tem surgido evidentemente, com o objetivo de mudar esse contexto de preconceito e discriminação”) é uma das possibilidades que temos de manter viva a história, os conhecimentos e o legado deixado pelo povo africano para a sociedade brasileira (SANTOS, 2010, p. 13).

Faz-se necessário que o professor tenha uma prática contextualizada e contínua sobre a temática das relações étnico-raciais. Os livros escolhidos e que serão contados em sala, devem proporcionar uma naturalidade na condução de um tema, que ainda se mostra difícil de ser trabalhado durante o ano letivo, nas instituições de Educação Infantil. É fundamental nesse processo de construção de valores e de relações com outras pessoas diversas, evitar a estigmatização do personagem negro.

Contrapondo, com o que foi dito pelas professoras, percebemos que a escola ainda oferece poucos recursos relacionados a outras culturas. Monifa e Lelê trabalham na mesma escola e dizem o seguinte: MONIFA: “Olha... na verdade aqui o que eu conheço são livrinhos de histórias... certo...só livrinhos de histórias... mas como professora... não sei se você segue isso... mas o professor acaba trazendo de casa.. adquire materiais e leva para a escola...”

LELÊ: foi confeccionado esse livro do laço da menina... justamente essa...

PESQUISADORA: Como foi confeccionado esse livro?

LELÊ: as professoras tiraram xerox e ampliaram as gravuras... pegaram vários papeis duplex... montaram um livro grande.. bem grande... bem pintado e foi trabalhado em cima disso aí...

PESQUISADORA: Outros materiais... como instrumentos musicais... tem na escola?

LELÊ: tem...tem uns instrumentos aí...a gente usa porque é *do Projeto Para Lá Pra Cá*⁴ né... mas faz tempo...

⁴ O projeto é uma frente de formação de professores da educação infantil lançada em agosto de 2010 e ligada ao programa Educação Infantil do Instituto C&A. O projeto visa contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento das crianças na educação infantil e possui dois âmbitos de atuação: a formação continuada de professores e o acesso a materiais de qualidade, tanto para as crianças quanto para os professores.

Já a professora Obax, afirma que há materiais na escola, porém enfatiza que deveria ter mais recursos. Em suas palavras,

OBAX: A gente tem fantoches negros né... que a gente conta histórias... e aí temos livros. Temos DVDs também... que a gente pode tá passando algo para eles... então assim... não tem tanto como deveria ter né... se a gente pudesse ter mais recursos para trabalhar essa temática poderia ser muito melhor...

Em outro momento, Obax afirma que as crianças tem acesso aos livros na escola. As crianças geralmente são levadas à biblioteca e a professora conduz a situação da seguinte forma:

OBAX: Nós temos a sala de leitura... em que o material do *Para Lá Pra Cá* fica lá, e aí sempre que a gente... Sempre é colocado pela coordenadora para que a gente leve as crianças para a sala de leitura e aí a gente coloca isso na rotina.... aí lá a gente dá acesso aos livros. Eu sempre costumo levar um tapete então eu sento eles no chão e colocar alguns livros ou livro *Para Lá Pra Cá*... a gente utiliza outras coleções mas tem alguns livros principalmente do *Para lá Pra Cá* que tem essa temática.

PESQUISADORA: sabe dizer quais são?

OBAX: tem um que eu sempre utilizo que é *Que Cor Sou Eu* e não sei se você já viu... é um pequenininho que tem uma menina na capa do *Pra Lá Pra Cá*.

PESQUISADORA: conhece algum outro livro?

OBAX: aqui na escola não... mas aqui a gente tem muitos livros se eu te disser que eu tenho acesso a todos eu to mentindo... então pode ser que tenha outros lá e eu não sei...

Fica evidente que mesmo com a tentativa de proporcionar às crianças o contato com imagens diferentes e de outras culturas, trabalhar com as relações étnico-raciais na Educação Infantil se mostra ainda bastante limitado. Há uma diversidade de recursos para serem trabalhados, porém percebe-se a tentativa predominante dos professores ao usar histórias. Não é nossa intenção desfavorecer a Literatura Infantil e sua importância para a aprendizagem de conteúdos subjetivos e a apreensão da dinâmica da leitura e da escrita dentre outras possibilidades que essa produção cultural pode proporcionar à criança. Destacamos que é mediante a audição de histórias clássicas ou modernas, de gêneros diversos, que as crianças também percebem e compreendem o mundo.

A nossa pretensão em destacar a prática das professoras sobre o uso das histórias na sala de atividades, consiste em evidenciar que existem inúmeros recursos pedagógicos possíveis de serem adquiridos e utilizados nas instituições de educação infantil, que se forem trabalhados de forma planejada e intencional os resultados serão positivos. Práticas que promovam o fortalecimento de relações baseadas no respeito, deixando enraizando concepção da igualdade de direitos de todas as pessoas, sem distinção de raça ou de cor. Salientamos que

o uso da Literatura Infantil deve ser trabalhado em conjunto com outros materiais pedagógicos. O ambiente para a criança deve ser dinâmico, desse modo, concordamos com a ideia de Bento, Silva e Carvalho (2012, p. 41) ao afirmarem que:

As instituições de Educação Infantil devem se caracterizar como locais nos quais as crianças encontrem desde cedo, espaço vivo de informações sobre a população negra, as tradições afro-brasileiras, o continente africano e outros diferentes assuntos que compõem o universo de conhecimentos sobre a questão racial.

Esse espaço vivo e dinâmico que expresse a diversidade cultural é defendido pelos Parâmetros de Qualidade (2006), pelos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009). Não só de livros se faz a educação das crianças, segundo os autores “é interessante que se tenha materiais versáteis e menos estruturados que podem se transformar em muitas coisas, como tecidos, tocos de madeira, sucatas etc.” (BENTO; SILVA; CARVALHO, 2012, p. 24). Esses materiais citados e outros, podem ser transformados pelo professor e pelas crianças no ambiente, onde ocorrerem as interações e brincadeiras.

No capítulo seguinte, tecemos nossas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para construir uma Educação Infantil mais igualitária, em primeiro lugar, é necessário não negar o preconceito. O silêncio é o primeiro estímulo para a manutenção das desigualdades. Encarar desigualdade, discriminação, preconceito é dar o primeiro passo para a superação.

(Fúlvia Rosemberg).

Estas últimas páginas estão organizadas de acordo com os objetivos específicos desse trabalho, no intuito de respondermos à questão de pesquisa e ao objetivo geral do presente estudo.

Ressaltamos com essa pesquisa, a importância de refletirmos sobre a relevância de trabalharmos a história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições educacionais, como consta na lei nº 10.639/03.

A temática no contexto da Educação Infantil necessita ainda de mais debates, formações e trocas de experiências sobre a relevância de trabalhar, de forma efetiva, na sala de atividades as relações étnico-raciais. Não cabe mais aceitar o discurso de que nessa etapa da educação básica não ocorrem atitudes e práticas discriminatórias. As pesquisas de alguns autores mencionados durante esse trabalho revelaram práticas que nos preocupam e que não estão coerentes com os instrumentos legais que tratam essa questão.

Mediante as respostas das professoras, nos pareceu que se faz necessário repensar a formação docente em vista dos novos desafios que se impõe pelo atual modelo educacional. Destacamos que a lei nº 10.639/03 aponta para uma questão específica: a necessidade de formar professores, aliando à prática assuntos que há muito tempo foram ocultados ou abordados, esporadicamente, no currículo escolar. Ressaltamos também que os currículos nos cursos de formação inicial e continuada precisam ser revistos, reconstruídos e pautados na visibilidade e respeito às temáticas de inclusão, respeito à diversidade étnico-raciais, dentre outras que, inclusive, estão contempladas nas DCNEI (2009).

Em relação às práticas pedagógicas na Educação Infantil, concernentes à cultura afro-brasileira, percebemos que a prática pedagógica dos sujeitos da pesquisa revela o despreparo dos mesmos e a pouca compreensão da importância em envolver as crianças, aproximá-las de um tema tão abrangente e relevante, que visa não apenas conhecer as diferenças em si, as características físicas de diferentes povos, mas, sobretudo, respeitar, compreender e valorizar as contribuições desses povos em diversas áreas: social, cultural, política – enraizadas desde a construção da história do nosso país.

No que concerne à postura das professoras em face aos conflitos ou expressões que fomentam o preconceito na Educação Infantil, a pesquisa evidenciou certa fragilidade na formação docente, pois, as posturas reveladas pelas entrevistadas são de negação da presença de conflitos e de punição exaustiva de crianças pequenas, face a indícios de preconceito, mediante os conflitos que emergem no ambiente da educação infantil.

Assim, destacamos, o fato de duas professoras trabalharem com crianças de creche (3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos) e não reconhecerem a existência de crianças afrodescendentes nesses agrupamentos infantis, e, por conseguinte, defenderem a ausência de conflitos relacionados a fatores étnico-racial; isso inquieta-nos por diversas razões. A primeira delas, somos um povo multirracial, a maioria das crianças negras estão nas escolas públicas, o conceito de afrodescendente amplia bastante o número de indivíduos desse grupo cultural, ou seja, não é só a pele negra que identifica o afro, mas também o biótipo, os cabelos mais cacheados, etc. Desse modo, nos parece que professoras podem silenciar os conflitos provenientes de questões relativas a essa questão social por não compreenderem a importância de conversar com as crianças sobre temas que são inerentes ao cotidiano dos agrupamentos humanos.

Essa nossa preocupação provém, sobretudo, do fato de uma das professoras haver imposto castigo de uma semana a uma criança de 4 anos de idade porque a criança, nas palavras da entrevistada, rejeitou o coleguinha. O que nos chama atenção nessa ação da professora é que a criança não expressa o motivo da rejeição ao colega. Como a criança preterida era negra, a professora conclui que a suposta rejeição decorre do fato de a criança ser negra. De quem é o preconceito expresso nessa ação? Provavelmente, da pessoa que concluiu o ato de rejeição, e não da criança castigada. Esta ocorrência nos faz pensar mais uma vez na necessidade de uma formação específica para lidar com essas questões na Educação Infantil. Remarcamos, na Educação Infantil, porque como as crianças diante de posturas autoritárias podem não se sentir à vontade para expressar o que pensam e o que sentem para os adultos que cuidam delas. Faz-se necessário que esses adultos tenham competência e sensibilidade para escutar as crianças e oferecer soluções, encaminhamentos que atendam e respeitem as crianças nessa etapa da vida.

No que se refere aos materiais pedagógicos, tais como: livros, fantoches, brinquedos, dentre outros, que favoreçam um trabalho com as relações étnico-raciais na Instituição de Educação Infantil, os recursos pedagógicos usados pelas professora se mostram, de acordo com entrevistadas, escassos e os que existem não são utilizados de forma coerente com as propostas do MEC e outras instituições que têm o objetivo de possibilitar e fortalecer

esse trabalho com publicações dirigidas ao professor que favorecem o planejamento de práticas que respeitem os valores da cultura africana e afro-brasileira.

O repertório de material para o professor se mostra limitado, deixando a desejar o trabalho para com o respeito às diversidades presentes no cotidiano das escolas. Souza (2010) fala da necessidade de usar muitas linguagens com as crianças, ou seja, “as múltiplas linguagens são formas a serem preenchidas com conteúdos que representam o mundo” (p. 89).

Reafirmamos, com os resultados apresentados, a necessidade de enriquecer e fortalecer práticas pedagógicas voltadas para o cumprimento da lei nº 10.639/03, na primeira etapa da educação e nos demais níveis de ensino.

Desse modo respondemos a nossa questão de pesquisa: que consistiu em responder: quais as concepções dos professores de Educação Infantil acerca do trabalho pedagógico para o respeito à diversidade étnico-racial? Bem como ao objetivo geral que se configurou em investigar as concepções dos professores de Educação Infantil acerca do trabalho pedagógico para o respeito à diversidade étnico-racial.

O interesse pedagógico por essa questão é relativamente recente. O estudo e o debate sobre o tema ainda é realizado de modo tímido, não alcançando, inclusive, as professoras que já estão formadas e atuando nas escolas há muitos anos. Em decorrência da ausência de discussões sobre esse tema, inclusive, mencionada pelas professoras, suas respostas acerca do trabalho educativo para o respeito à diversidade étnico-racial parecem evasivas e inconsistentes. Relatam ser importante, porém, não o fazem e ainda consideram que as crianças são muito pequenas para tratar sobre a questão. Chegam a negar que existam crianças afrodescendentes em seus agrupamentos infantis e negam a existência de conflitos. Ressaltamos a importância de haver na formação inicial e continuada dos professores estudo, debate aprofundado sobre questões como essa. Abordar essa temática é essencial para a educação de nossas crianças, adolescentes e jovens em idade escolar.

No decorrer das entrevistas com as professoras e ao responderem outras questões pertinentes que dão corpo as outras categorias dessa pesquisa, deparamo-nos com certa fragilidade na formação inicial, continuada e despreparo das educadoras no seu trabalho diário, junto às crianças, no que se refere às relações étnico-raciais.

O trabalho com as relações étnico-raciais deve ser um imperativo em todas as instituições e em todas das etapas da educação formal. Iniciar esse trabalho desde a educação infantil permitirá que as novas gerações sejam mais esclarecidas, menos preconceituosas e, portanto, tenham condições de respeitar e conviver com todas as pessoas de modo tranquilo e pacífico sem constrangimento de uns para com os outros. Nesse sentido, oferecer uma forma-

ção inicial e continuada aos profissionais da educação para que eles conheçam e reconheçam a necessidade de se trabalhar com temática como essa é indispensável para a formação da consciência dos novos brasileiros.

Ressaltamos, ainda, que apesar de já haver algumas pesquisas que tratam sobre essa temática na Educação Infantil, faz-se necessário que esse estudo seja continuado e aprofundado e enriquecido com novas pesquisas a fim de subsidiar professores e formadores de professores sobre as relações étnico-raciais na educação, especialmente, na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Relações étnico-raciais: práticas racistas e preconceituosas nas classes de Educação Infantil e propostas para desconstruí-las. . In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto. (Orgs.). A cor da Cultura - Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 91-99.
- ALVES, Mirelle Cândido. Relações etnorraciais na escola: o papel do/a educador/a na construção da identidade negra. Guarabira: UEPB, 2012. Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1361/1/PDF%20-%20Mirelle%20C%C3%A2ndido%20Alves.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Práticas pedagógicas para a igualdade racial na educação infantil. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. LEI nº. 9.394. LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, Volume 1, 1998.
- BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10/01/2003.
- BRASIL. Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BRASIL. Indicadores da qualidade na Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2009.
- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil /–Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014. 144 p.; il.
- BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. (Orgs.). A Cor da Culura - Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. v.5, 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Silvia Pereira. Os primeiros anos são para sempre. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org). Educação infantil, igualdade racial e diversidade : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, p.81-97, 2012.

CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2014. 110 p. 110.

DIAS, Lucimar Rosa. Diversidade étnico-racial e educação infantil: três escolas, uma questão, muitas respostas [dissertação de mestrado]. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

DIAS, Lucimar Rosa . No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 2007.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org). Educação infantil, igualdade racial e diversidade : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, p. 179-193. 2012.

DUARTE, Carolina de Paula Teles. A abordagem da temática racial na educação infantil: o que nos revela a prática pedagógica de uma professora. In: Maria Aparecida Silva Bento. (Org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. 1ed.São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, v. 1, p. 138-161.

GALVÃO, Isabel. Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; Organizadores. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

GOMES, Nilma Lima. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. Educ. Soc. Campinas. v.33. n.120, p. 727-744. jul.-set. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2014.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 15, p. 134-158, set.-dez. 2000. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/movimento-negro-e-educacao%20A7%20A3o-petronilha-e-luiz-gon%20A7alves.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do Negro na literatura Infantil brasileira: análise historiográfica. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, jan./ abr. 2005. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27963/29735>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura Infantil: Múltiplas linguagens na formação de leitores. 1ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2009. 129 p.

HASENBALG, Carlos A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995, p. 360.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. Metodologia da pesquisa: guia prático /. – Itabuna. Via Litterarum, 2010. Disponível em: <<http://www.pgcl.uenf.br/2013/download/LivrodeMetodologiaDaPesquisa2010.pdf>>. Acesso em 05.12.2014>. Acesso em: 25 nov. 2014

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do Deops/SP (1964-1983). 2007. 314 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/pt-br.php>> . Acesso em: 03 nov. 2014

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

LIMA, Heloisa Pires. A percepção das relações raciais na Educação Infantil. In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto. (Orgs.). A cor da Cultura - Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p.87-89.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 26

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. .

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. de saúde públ, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro, Jul./set., 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X1993000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 nov. 2014.

MIRANDA, Ricardo J. P. Metodologia. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5489/9/ulfc096328_3_metodologia.pdf> Acesso em: 27 nov. 2014

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 4ª Ed. 2008;

PAULA, Cláudia Regina de. O Protagonismo Negro: O movimento negro na luta por uma educação antirracista. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 105-120, jul/dez2009.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994. 302 p.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. *As crianças contexto e identidades*. Braga: Centro de Estudos da criança, 1997.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção científica: do planejamento aos textos da academia*. São Paulo: Rêspel, 2008.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, p. 11-46, 2012.

SANTOS, Marta Alencar dos. Gestão escolar no âmbito da Educação Infantil: Enfrentando a discriminação racial. In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto . (Orgs.). *A cor da Cultura - Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 65-70.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. *Educação Infantil*. In: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

SANTOS, Cristiana Ferreira dos. *Literatura infantil e a identidade da criança negra: construção ou negação?* 73f. Monografia (graduação). – Universidade do Estado da Bahia, Salvador (BA). 2010. Disponível em: < <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-CRISTIANA-FERREIRA-DOS-SANTOS.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014

SILVA Jr. Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (coord.). *Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial*. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT : Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012.

SILVA Jr., Hédio; DIAS, Lucimar Rosa. Diversidade Étnico-racial e educação infantil: uma introdução. In: Maria Aparecida Silva Bento. (Org.). *Práticas Pedagógicas para a Igualdade racial na Educação Infantil*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade - CEERT, 2011. p. 19-26.

SILVA, Natalino Neves d a. A diversidade Cultural como princípio educativo. *Revista Paideia do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde da Universidade FUMEC*, Belo Horizonte, a. 8, n. 11, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/download/1307/888>>. Acesso em: 10 out.2014

SILVEIRA, C., TELES, L. Educação e relações étnico-raciais: O movimento negro no Brasil e a emergência da lei 10.639/03. *Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educa-*

ção, Santa Catarina, v. 8, n.13, p. 276-287, Jan/Jun 8, 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2284/1638>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P- 31 a 42.

SOUZA, Yvone Costa de. Espelho, espelo meu: as crianças e a questão étnico-racial. In: BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto. (Orgs.). A cor da Cultura - Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 73 -79.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na Educação Infantil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org). Educação infantil, igualdade racial e diversidade : aspectos políticos, jurídicos, conceituais . São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

ANEXO A - INSTRUMENTO 1: ROTEIRO PARA ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACED - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TRABALHO MONOGRÁFICO: Concepções dos(as) professores(as) de educação infantil sobre o trabalho com as relações étnico-raciais com as crianças da creche e da pré-escola

ORIENTADA: Vivianne Alves dos Santos

ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. Maria Socorro Silva Almeida

INSTRUMENTO 1:ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

DADOS GERAIS SOBRE O SUJEITO:

1) Nome da professora: (informar à professora que sua identidade será preservada pelo uso de um nome fictício, no trabalho escrito).

2) Faixa etária:

() 20 a 25 anos

() 30 a 35 anos

() 40 a 45 anos

() 50 a 55 anos ou mais

3) Formação acadêmica e continuada:

3.1 Graduação: Ano de conclusão?

3.2 Especialização () sim () não

Qual?

Instituição? Ano de conclusão?

3.3 Participou ou participa de alguma formação continuada? Quando? Qual?

3.4 Participou de algum evento ou encontro sobre a temática das relações raciais? Qual? Por quê?

3.5 Fez alguma leitura sobre a temática relações étnico-raciais? Qual?

3.6 Conhece a coleção "A cor da Cultura"? Em caso afirmativo: qual sua opinião sobre a coleção?

3.7 Você conhece a lei nº 10.639 que trata sobre a inclusão no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "Historia e Cultura afro-brasileira"? Qual a importância dessa lei para a Educação Infantil?

4) Concepções sobre o trabalho com as relações étnico-raciais na educação infantil:

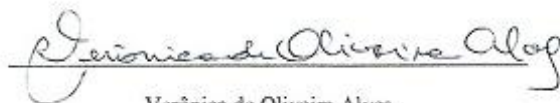
4.1 Há crianças afrodescendentes na Instituição de Educação Infantil em que você trabalha? Fale um pouco sobre elas?

- 4.2 Na turma de Educação Infantil na qual você trabalha há crianças afrodescendentes? Fale um pouco sobre elas.
- 4.3 Acontecem situações de discriminação racial na turma de Educação Infantil na qual você trabalha (fale um pouco sobre isso, dê exemplo)?
- 4.4 Em caso de haver conflitos entre as crianças em razão da cor da pele, de cabelos afros (bem cacheadinhos) e outras características físicas de alguma criança, como são resolvidos esses conflitos?
- 4.5 Quais são as estratégias pedagógicas (contação de uma história, exploração de uma gravura, assistência a vídeo, por exemplo) que você utiliza para ajudar as crianças na solução desses conflitos?
- 4.6 Com que frequência essa temática é trabalhada durante o ano? Como? Por quê?
- 4.7 Qual a importância que a escola atribui a essa questão?
- 4.8 Você já recebeu orientações para trabalhar a questão étnico-racial na escola? Quais?
- 4.9 Qual sua concepção sobre trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Infantil? Por quê?
- 4.10 Quais os meios que você utiliza para trabalhar com as crianças a diversidade étnico-racial?
- 4.11 Existem materiais pedagógicos na Instituição de EI na qual você trabalha, relacionados à cultura afro-brasileira? Quais?
- 4.12 Caso existam, perguntar: O que é feito com esses recursos? As crianças têm acesso?
- 4.13 Há biblioteca ou sala de leitura na Instituição de EI? Há livros sobre a cultura afro-brasileira? Quais? As crianças têm acesso?
- 4.14 Você conhece histórias que tratam sobre a diversidade racial? Quais?
- 4.15 Na sua concepção qual o papel que essas histórias podem desempenhar na educação das crianças da educação infantil? Como? Por quê?

ANEXO B -DECLARAÇÃO DE REVISOR**ANEXO B – DECLARAÇÃO DE REVISOR****DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA**

Eu, Verônica de Oliveira Alves, divorciada, sob CPF nº 361058133-68; Carteira de Identidade nº 2004010114932, SSP-CE, licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, portadora do diploma de nº 26.265, devidamente registrado no Ministério da Educação. Declaro, para a Universidade Federal do Ceará (UFC) Faculdade de Educação (FACED), que revisei o trabalho de conclusão de especialização em Docência na Educação Infantil, intitulado “**CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS SOBRE O TRABALHO COM AS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**”, de VIVIANNE ALVES DOS SANTOS. Declaro ainda que o presente trabalho de conclusão de curso encontra-se de acordo com as normas ortográficas e gramaticais vigentes, com o manual de normalização da UFC e normas vigentes da ABNT.

Fortaleza, 21 de Abril de 2015



Verônica de Oliveira Alves
CPF: 361058133-68

Graduada em Letras Port. e Literatura Portuguesa - UECE

APÊNDICE A -LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1ª O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2ª Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3ª (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003